

Diário do Legislativo de 09/10/2007

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Evento Realizado na 91ª Reunião Ordinária Interrompida da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Realização do Seminário "Região Sudeste", da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional

1.2 - 61ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.3 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 91ª REUNIÃO ORDINÁRIA INTERROMPIDA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 27/9/2007

Presidência dos Deputados Zé Maia e Carlin Moura

Sumário: Composição da Mesa - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Secretária Renata Maria Paes de Vilhena - Palavras do Deputado André Quintão - Palavras do Deputado Federal Nárccio Rodrigues - Palavras do Senador José Maranhão - Palavras do Deputado Federal Cláudio Vignatti - Palavras do Deputado Federal José Pimentel - Palavras do Deputado Federal Miguel Corrêa Jr. - Palavras do Deputado Federal Rafael Guerra - Esclarecimentos sobre os debates - Debates.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Deputado Zé Maia) - A Presidência convida a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Desembargador Hécio Valentim de Andrade Filho, representando o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Orlando Adão Carvalho; Fernando Antônio Fagundes Reis, Procurador-Geral de Justiça Adjunto Institucional, representando o Procurador-Geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior; Senador José Maranhão, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e Coordenador dos trabalhos; Deputado Federal Nárccio Rodrigues, 1º-Vice-Presidente da Câmara dos Deputados; Deputado Federal Cláudio Vignatti, membro da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e relator do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2008-2011 e Coordenador dos debates; Deputado Federal José Pimentel, membro da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e relator-geral da Proposta Orçamentária para 2008; Deputado Federal Rafael Guerra, relator setorial da Saúde na Comissão de Orçamento do Congresso Nacional; Deputado Federal Miguel Corrêa Jr., membro suplente da Comissão de Orçamento; e Deputado Federal Gilmar Machado, Líder do Governo; a Exma. Sra. Deputada Federal Jô Moraes; os Exmos. Srs. Deputado Federal Fábio Ramalho; Deputado Federal Humberto Souto; e Deputado Federal Odair Cunha; as Exmas. Sras. Deputada Federal Maria do Carmo Lara; e Renata Maria Paes de Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão; e o Exmo. Sr. Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular desta Casa.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - Destina-se esta parte da reunião à realização do seminário "Região Sudeste", da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, agradeço a presença de todos os participantes e cumprimento o Congresso Nacional, por intermédio do Senador José Maranhão e dos Deputados Federais Cláudio Vignatti e José Pimentel, bem como a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela realização deste seminário.

Muitas, sabemos, são as demandas de Minas Gerais em relação ao governo federal e ao Orçamento da União, contudo os esforços feitos pelo Congresso Nacional têm sido consideráveis para o atendimento das mais importantes reivindicações de nosso Estado.

Certamente, nossa contribuição, advinda das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Participação Popular, será ouvida, como eco à voz das entidades da sociedade civil, nesta elaboração democrática do Orçamento da União.

No âmbito estadual, temos realizado seminários visando à democratização do Orçamento da Assembléia, criando junto à população também o entendimento de que o Orçamento é uma peça que pode ser entendida, discutida e mesmo modificada para atender as necessidades comuns, respondendo, sobretudo, aos interesses maiores do Estado de Minas Gerais.

Quanto mais participativo o Orçamento, mais serão atendidas as reivindicações originárias da própria comunidade. Tenho certeza, então, de que nossa ajuda aos Deputados e Senadores fará mais justa e igualitária a elaboração do Orçamento da União.

Agradecendo mais uma vez o envolvimento e a disposição já demonstrados, confio na colaboração de cada um, durante este seminário, para que ele possa ser altamente produtivo para Minas Gerais, em nome de seus cidadãos e de sua sociedade. Muito obrigado!

Palavras da Secretária Renata Maria Paes de Vilhena

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembléia Legislativa, Deputado Zé Maia, neste ato representando o Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho; Exmo. Sr. Desembargador Hélcio Valentim de Andrade Filho, representante do Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Orlando Adão Carvalho; Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça Adjunto Institucional, Fernando Antônio Fagundes Reis, representando o Procurador-Geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior; Exmo. Sr. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Senador José Maranhão; Exmo. Deputado Federal Nárcio Rodrigues, 1º-Vice-Presidente da Câmara dos Deputados; Exmo. Sr. Deputado Federal Cláudio Vignatti, relator do Projeto de Lei do Plano Plurianual; Exmo. Sr. Deputado Federal José Pimentel, relator da Proposta Orçamentária para 2008; Exmos. Srs. Deputados Federais Rafael Guerra, Miguel Corrêa Jr., Gilmar Machado e Jô Moraes; Exmo. Sr. Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular da Assembléia; senhoras e senhores, boa-tarde a todos.

Os planejamentos plurianuais e os orçamentos estão passando por uma fase auspiciosa de revigoração, transformando-se nos principais instrumentos que sinalizam aos diversos atores sociais o que é agenda de desenvolvimento proposta pelos governos.

Creio que o planejamento no País está se adaptando ao novo modelo de desenvolvimento, que introduz o capital social, reconhecendo que o poder público não é o único protagonista do desenvolvimento, mas tem papel fundamental, com suas instituições, de garantir e fomentar a coerência interna social e cultural da sociedade, as normas e valores que guiam as interações entre indivíduos e que determinam o desenvolvimento.

Planejamentos compreensivos, com pretensões oniscientes e onipotentes, marca do velho desenvolvimento, estão dando lugar a planejamentos adaptativos, que propõem a reorientação das organizações para a geração dos resultados esperados pela sociedade. Não mais se discute se queremos o Estado minimalista ou o Estado empresário. O tamanho do Estado e seu papel, o desenho das organizações e a gestão pública devem resultar de uma análise, realizada pela sociedade, sobre o ônus e o resultado esperado das políticas públicas. Daí a importância da associação entre planejamento, gestão, avaliação, transparência e controle social.

Imaginem que, em um estágio mais avançado deste novo planejamento, o governante e as organizações seriam avaliadas pela capacidade de melhorar indicadores econômicos e sociais, sem onerar adicionalmente a sociedade, rompendo a lógica atual de comparar o desempenho em determinada área pelo volume de gastos.

Este é o modelo de planejamento que propomos em Minas, no nosso Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI -, plano de longo prazo, recentemente transformado em lei, no planejamento plurianual e no Orçamento de 2008, encaminhados na última segunda-feira a esta Casa. Instituímos o Estado para Resultados como o termo-síntese da estratégia de governo.

A estratégia para Minas, numa perspectiva de longo prazo, 2023, em seu desdobramento para o atual mandato do Governador Aécio Neves, identificou 11 áreas de resultados nitidamente perceptíveis para a sociedade. Cada área de resultado agrega os principais desafios, objetivos e metas para a administração pública, bem como iniciativas essenciais para transformarmos a estratégia em resultados concretos, ou seja, duas dimensões complementares do Estado para Resultados, a qualidade fiscal e a gestão eficiente, contendo metas de desempenho para a administração pública. São os insumos ou pilares para a realização dos resultados.

No Estado para Resultados, todos os dirigentes e organizações do Poder Executivo serão avaliados pela contribuição nas áreas de resultados. Para isso, os principais instrumentos de gestão para resultados adotados em Minas, a partir de 2003 - acordo de resultados, contrato de gestão, avaliação e adicional de desempenho dos servidores e prêmio por produtividade - incorporaram as áreas de resultado, seus indicadores e metas como fonte essencial das contratualizações, avaliações e incentivos.

Julgamos que a experiência do governo de Minas indicará que, ao mudarmos a forma de avaliar os governos, o falso conflito entre o econômico e o social encontraria na gestão eficiente a resposta de que é possível instalarmos uma agenda de desenvolvimento. A boa gestão é aquela que faz mais e melhor com menos, que alcança metas econômicas sem negligenciar o social ou a estabilidade fiscal, que estabelece e cumpre uma trajetória de desenvolvimento.

Diante dos debates regionais sobre o PPA e o Orçamento federal, o Governador Aécio Neves recomendou-nos que apresentássemos oportunidades de parceria e contribuições. Acreditamos que as unidades da Federação têm que atuar supletiva e complementarmente à União, realizando a coordenação e a implementação de ações que demandam conhecimento da realidade regional e local, para assegurar efetividade e equidade. Muitas políticas realizadas autonomamente pelos Municípios podem gerar imigração desordenada, onerando-os com maior capacidade de investimento.

Essa questão é mais severa nas regiões metropolitanas, em que decisões individuais de um Município podem incentivar um reordenamento indesejado pelo conjunto de Municípios. Em conjunto com o Legislativo e todos Municípios que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte, institucionalizamos e fortalecemos o planejamento e a gestão metropolitana. Ao analisar o PAC, núcleo do planejamento da União, todos os representantes da Região Metropolitana avaliaram positivamente a iniciativa do Rodoanel, mas se ressentiram da ausência de investimentos para conclusão do metrô e para desenvolvimento do Aeroporto Internacional Tancredo Neves. Preparamos o detalhamento desses investimentos para avaliação sobre a possibilidade de incluí-los no PAC, e temos certeza de que o impacto positivo dessas ações no crescimento da economia mineira se refletirá, de forma sensível, no crescimento do País.

Os demais investimentos do PAC, principalmente em infra-estrutura rodoviária, são fundamentais para o crescimento do Estado, razão pela qual se torna essencial que se concretizem nos prazos propostos. A combinação das malhas rodoviárias federal e estadual em boas condições de trafegabilidade impulsionará o crescimento econômico em todas as regiões de Minas. O governo estadual segue, em ritmo acelerado, com programas de recuperação, readequação e implantação de rodovias.

Ainda na lógica de formação de parcerias, avaliamos que a União, na área de segurança pública, precisa estabelecer mecanismos que atenuem o atual fluxo errático de aplicações, por meio dos fundos penitenciário e de segurança pública, o que potencializaria os investimentos realizados e propostos pelo governo de Minas e, acredito, pelos demais governos da Região Sudeste.

Quero, por fim, agradecer a oportunidade de participar deste debate, iniciativa de participação de governos e sociedade nos rumos do planejamento do País, o que demonstra a evolução do planejamento como instrumento da democracia.

O Sr. Presidente - Registramos que o Deputado Federal mineiro Gilmar Machado representa aqui a Liderança do Governo na Câmara dos Deputados.

Palavras do Deputado André Quintão

Boa-tarde a todos. Cumprimento o Presidente desta reunião, Deputado Zé Maia, que preside a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Na pessoa do Senador José Maranhão, cumprimento todos os parlamentares federais aqui presentes, muitos amigos e amigas, os nossos colegas Deputados e os representantes de entidades da sociedade civil, serei breve, Sr. Presidente, porque o mais importante é exatamente a apresentação, por parte dos parlamentares federais, das propostas do PPA e da Lei Orçamentária para o ano que vem. Queria registrar que é com alegria que Minas Gerais, esta Assembléia, sedia este encontro regional. Parabéns a Comissão Mista por descentralizar o debate das propostas orçamentárias, o PPA e o Orçamento da União, possibilitando a participação e até preliminarmente o conhecimento da proposta por parte das entidades da sociedade civil, dos parlamentares estaduais e também das autoridades deste Estado e desta região.

Como disse a competente Secretária Renata Vilhena, precisamos, cada vez mais, integrar as políticas públicas. Essa integração passa também pelo nível de entrosamento político não somente entre o Poder Executivo, no plano federal, estadual e municipal, mas também entre as bancadas federal e estadual, com pleno conhecimento, apoio e participação da sociedade civil organizada. Diria que este evento de hoje é um aquecimento para o debate que a Assembléia novamente promoverá. Desde 2003, a Comissão de Participação Popular e a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em parceria com a Seplag, realizam debates do PPA, no caso mineiro, do PPAG, da Lei Orçamentária e das revisões anuais.

Temos a felicidade de ter projetos estruturadores em Minas Gerais, aprovados nesta Assembléia a partir de emenda popular, como foi o caso do projeto de inclusão social de famílias vulnerabilizadas, que em 2007 teve um orçamento previsto de R\$85.000.000,00. Essa foi uma conquista da sociedade civil organizada de Minas Gerais. Agora, as duas Comissões realizarão, nos meses de outubro e novembro, debates aqui, na Assembléia, e em algumas regiões do Estado, para discutir o PPAG estadual, em parceria com a Seplag. Nesta semana, foram entregues 57 projetos estruturadores. Queremos conectar o debate estadual com a tramitação da proposta federal. Daí a importância deste debate.

Congratulo-me com os parlamentares federais aqui presentes. Mãos à obra! Bom trabalho para todos nós.

Palavras do Deputado Federal Nárcio Rodrigues

Caro amigo, Deputado Estadual Zé Maia, Presidente da Comissão de Orçamento da Assembléia Legislativa, neste ato representando o ilustre Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho; caro Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular; caro Senador e ex-Governador José Maranhão, que tem a missão de presidir a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, a quem saúdo na terra de Minas Gerais, juntamente com toda a comitiva da Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados. É uma alegria receber V. Exa. com toda a sua experiência e enorme contribuição que vem dando, neste momento, para a implementação da Resolução nº 1 do Orçamento, que introduz várias alterações no Orçamento Geral da União. Também saúdo, de forma muito especial, o meu companheiro e colega de vários mandatos, o ilustre Deputado José Pimentel, com quem tenho tido uma convivência fraterna e que tem marcado a sua atuação no Parlamento da República, por uma vigorosa defesa dos interesses do seu Ceará e também do nosso Brasil. Seja muito bem-vindo. Ele que hoje tem a missão de ser o relator-geral da peça orçamentária deste ano. Da mesma forma, quero saudar o ilustre Deputado Vignatti, que é o relator da peça do PPA, e o ilustre Deputado José Rafael Guerra, um dos nomes de Minas e que está com a tarefa de relatoria da área da saúde, uma área extremamente importante e estratégica.

Quero cumprimentar também os meus colegas Deputados Federais - Jô Moraes, Maria do Carmo Lara, Gilmar Machado, Miguel Corrêa Jr., Odair José, Fábio Ramalho, e o grande Humberto Souto -, que vêm, todos, depois de uma noite de votação que se estendeu até as 3 horas da manhã, marcar presença aqui, em Minas Gerais, para discutir um assunto tão importante quanto o Orçamento.

Meu caro Deputado Zé Maia, vejo, nessa iniciativa da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional e da Assembléia, uma oportunidade de estabelecermos um diálogo absolutamente essencial entre as regiões dos Estados e entre aquilo que é decidido em Brasília.

As experiências de implementação do Orçamento têm servido para nos mostrar que há uma crescente demanda de transparência em relação à montagem do processo orçamentário.

Após ter atuado por 10 anos na Comissão do Orçamento, quero reivindicar para o Parlamento, para o Poder Legislativo, o papel que ele tem cumprido para aprimorar a peça orçamentária.

Também quero cumprimentar a minha querida amiga Renata Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento, representando o Governador Aécio Neves.

Tenho um sentimento muito claro de que tem cabido ao Parlamento da República o papel de ressaltar uma oportunidade como esta, de aproximar a visão técnica que Brasília tem da realidade nacional do Brasil verdadeiro, independentemente de quem esteja no poder, isto é, seja um governo de direita ou de esquerda, avançado ou retrógrado e conservador. Tem cabido aos parlamentares, por meio de emendas e da

discussão do Orçamento, aprimorar a peça orçamentária. Digo isso, com muita tranquilidade, porque tenho a segurança de que todas as peças orçamentárias que chegaram para apreciação no Congresso Nacional, no mês de agosto, saíram de lá muito melhores do que quando entraram, e com muito mais conteúdo social e com uma visão de Brasil muito mais abrangente. Tudo isso é fruto da capacidade do Parlamento de dar capilaridade e interpretação aos sentimentos das diversas regiões do Brasil, nos diversos setores representados no Parlamento da República.

Sobre esse aspecto, não posso deixar de destacar o notável trabalho realizado no ano passado pelo Deputado mineiro Gilmar Machado na Presidência da Comissão Mista de Orçamento. Coube ao Gilmar dar os passos iniciais para que o Parlamento deixasse de falar no Orçamento para si e começasse a falar na importância do Orçamento para quem realmente interessa, que é a sociedade como um todo. O Gilmar também deu os passos iniciais para que se desse transparência à execução orçamentária e foi o responsável pela votação dessa resolução que inaugura modificações que certamente serão debatidas ainda neste ano no Orçamento Geral da União.

Finalmente, quero destacar um aspecto que observamos neste Estado: a grande frustração de todos os parlamentares que discutem o Orçamento é a questão da execução orçamentária. Para nós, então, que estamos em Brasília, onde alocar um recurso no Orçamento e conseguir emplacar uma emenda é apenas o primeiro passo para se chegar, depois, ao empenho e à ordem bancária. Mas isso nem sempre acontece, gerando uma grande frustração nos parlamentares que se debruçam por três ou quatro meses, por noites seguidas, na discussão e na montagem do Orçamento. E quero chamar atenção para esse aspecto em Minas Gerais: acho que podemos aprender com Minas como introduzir mecanismos que permitam uma boa execução orçamentária, já que este Estado, nos últimos anos, tem tido uma execução que varia entre 90% e 96% do Orçamento Geral do Estado. Aproveito para cumprimentar a equipe da Secretária Renata Vilhena pelo trabalho que faz e que é naturalmente o anseio de toda a sociedade.

Espero, caro Senador José Maranhão, que um dia possamos chegar a esse estágio em que os recursos alocados no Orçamento Geral da União possam se converter integralmente nos benefícios que sonhamos realizar no momento da composição orçamentária.

Dando as boas-vindas àqueles que nos visitam hoje em Minas Gerais e saudando a todos os que aqui estão, especialmente os Deputados Estaduais, quero agradecer a oportunidade, colocando-me à disposição de Minas para o que for importante para o nosso Estado na luta, que vai se iniciar agora, por mais recursos no Orçamento Geral da União de 2008. Da mesma forma, tenho certeza de que toda a bancada de Minas estará à disposição dos pleitos que certamente nos chegarão e que se converterão, estou certo, em uma interpretação do que é mais importante para o Estado.

É fundamental encerrar minha participação aqui destacando a atuação suprapartidária e extremamente patriótica que a bancada de Minas tem tido no Orçamento Geral da União. Independentemente de estarem ou não na comissão, os 56 parlamentares têm feito um agrupamento parlamentar que sempre coloca os interesses do nosso Estado acima das questões regionais, ideológicas e partidárias. Não é por outro motivo que a cada ano Minas comemora o crescimento de sua participação no Orçamento - isso é fruto da atuação dos parlamentares, muitos dos quais aqui presentes, além dos vários que aqui não estão, como o Deputado Virgílio Guimarães, coordenador da nossa bancada, que tem sido o grande responsável pela articulação dos parlamentares em torno dos interesses de Minas Gerais. Acho que esse é um ponto a favor do nosso Estado. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Gostaria de deixar os membros da Mesa à vontade para, se desejarem, acompanharem do Plenário a reunião. Convidamos o Senador José Maranhão, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, para assumir a coordenação dos nossos trabalhos.

Palavras do Senador José Maranhão

Boa tarde a todos. Devo dizer da minha alegria e satisfação de realizar este ato aqui, em Minas Gerais, que, com meu Estado, a pequenina Paraíba, teve uma história determinante na vida política brasileira. Minas, Paraíba e Rio Grande do Sul foram os únicos Estados que ousaram enfrentar o mandonismo e a prepotência do governo de então e que fizeram deflagrar no País uma revolução que, vitoriosa, consolidou a democracia no Brasil.

Quero cumprimentar a Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento, e parabenizá-la pela brilhante exposição, em que conseguiu aliar o conhecimento acadêmico e a prática administrativa do seu dia-a-dia. Quero cumprimentar o meu amigo Deputado Federal Cláudio Vignatti, relator do projeto de lei do Plano Plurianual para o período 2008-2011; o queridíssimo amigo Deputado José Pimentel, relator-geral da proposta orçamentária para 2008, que vem fazendo um trabalho extraordinário nas audiências públicas e no dia-a-dia da Comissão de Orçamento; o Deputado Federal Rafael Guerra, relator setorial da área temática de saúde da proposta orçamentária para 2008; o Deputado Federal Carlos Melles, relator setorial da área temática de agricultura e desenvolvimento agrário da proposta orçamentária para 2008 - estamos fazendo aqui uma homenagem ao Deputado Melles, que, em virtude de compromissos anteriores no exterior, não pôde estar presente -; o Deputado Estadual Zé Maia, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira desta Assembléia; o Deputado Federal Gilmar Machado; o Deputado Federal Miguel Correa Jr.; o Deputado Federal e meu amigo particular Humberto Souto, companheiro de muitas legislaturas no Congresso Nacional e também profundo conhecedor da sistemática da Comissão de Orçamento; o Deputado Federal Fábio Ramalho; o Deputado Federal Odair Cunha; a Deputada Federal Maria do Carmo; o Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular desta Assembléia; o Desembargador Hélcio Valentim, representando o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; o Sr. Antônio Fagundes Reis, Procurador-Geral de Justiça Adjunto Institucional, representando o Ministério Público do Estado de Minas Gerais; a Deputada Federal Jô Moraes; e a Deputada Federal Maria do Carmo Lara, aqui presente.

Farei algumas considerações sobre a economia de Minas Gerais, sem o intuito de fazer qualquer tipo de louvação, mas sobretudo com o propósito de reconhecer o papel importantíssimo que o Estado tem na economia nacional e na vida deste país, destacando recursos que já integram as rubricas da proposta orçamentária para o exercício de 2008.

Nos últimos anos, a participação de Minas Gerais no PIB do Brasil manteve-se em torno de 9,5%, sendo o 3º maior PIB do País. Neste Estado, o setor de serviço responde por cerca de 44% do produto interno, seguido pela indústria, com 40%, e pela agropecuária, com 10%, aproximadamente. O setor agropecuário, apesar de sua participação no produto interno ter decrescido nos últimos tempos, tem tido, no PIB de Minas Gerais, peso maior que o desse setor no PIB nacional. Minas é também o 2º maior Estado exportador do País, sobretudo de produtos básicos, como o minério de ferro e o café, mas também de produtos manufaturados, que perfazem 33% das exportações originais, principalmente de um dinâmico setor metal-mecânico.

Apesar da posição favorável delineada, Minas Gerais apresenta alguns indicadores preocupantes. Encerrando uma população de quase 20 milhões de habitantes, distribuídos em 853 Municípios, o PIB "per capita" deste Estado é 12% inferior à média nacional e bastante inferior ao PIB "per capita" dos demais Estados da Região Sudeste. O mesmo se verifica em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano - IDH -, que é inferior em relação ao IDH dos demais Estados das Regiões Sudeste e Sul.

O grande desafio que se impõe, portanto, é o de promover a melhoria da qualidade de vida dos mineiros, por meio de políticas de apoio ao crescimento econômico e ao aumento das condições de competitividade, além de ações de inclusão social. Em que medida a proposta orçamentária para 2008, e principalmente a proposta do PPA para o período 2008-2011, cumpre esse papel em parceria com políticas estaduais e municipais?

A proposta orçamentária contempla investimentos importantes, como a modernização dos sistemas de produção da Refinaria Gabriel Passos, em Betim, a modernização das Usinas Hidrelétricas Luiz Carlos Barreto de Carvalho, de Mascarenhas de Moraes e de Furnas; a conclusão da obra da Unidade Armazenadora de Abastecimento Agroalimentar de Uberlândia; a implantação do trecho Eldorado-Vilarinhos do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte; a implantação do perímetro de irrigação Jaíba; a construção de barragens, poços de água subterrânea e obras de infra-estrutura hídrica em vários pontos do Estado; a ampliação do Aeroporto de Confins - hoje essa obra, aos olhos de todos os brasileiros, se faz ressaltar como uma solução inadiável, não somente no que diz respeito ao Estado de Minas Gerais, mas no concerto de todos os Estados brasileiros, pela importância de Confins no transporte aéreo comercial de passageiros e de cargas no Brasil -; a construção e adequação de inúmeros trechos rodoviários, a construção da Escola de Engenharia da UFMG e a expansão do ensino superior no "campus" de Diadema, a urbanização e regularização de assentamentos precários, projetos habitacionais de erradicação do trabalho infantil, de atendimento socioeducativo e diversos outros nas áreas de saúde, educação e assistência.

As contribuições trazidas pelos presentes serão de muita valia para se chegar a uma boa compreensão da adequação dessas ações e de como é a política orçamentária para o nosso país. A Comissão de Orçamento, há algum tempo, vem realizando essas audiências públicas com o objetivo de transformar o Orçamento numa peça que possa realmente espelhar a média das necessidades de cada região e, ao mesmo tempo, nesse contato com as entidades de base, com os órgãos e instituições públicas, a Comissão de Orçamento procura, num verdadeiro trabalho didático, inteirar-se da realidade de cada região do Brasil. Não temos a pretensão de dizer que essa Comissão, quantitativamente, dará acolhida às pretensões de cada região brasileira. É claro que a técnica orçamentária se rege pela regra geral de que política pública é, basicamente, a arte dos possíveis; só se faz aquilo que as próprias limitações econômicas e financeiras do País permitem que seja feito. Mas o esforço que a Comissão está fazendo tem como objetivo fundamental trazer as reivindicações das várias regiões do País para dentro da Comissão.

Minas Gerais, tradicionalmente, tem dado importante contribuição pela inteligência de seus parlamentares nessa comissão técnica. Hoje mesmo está presente aqui uma plêiade de parlamentares que se juntam aos que integram o Congresso Nacional, sempre atentos e fortes nas reivindicações das posições que interessam ao povo de Minas Gerais.

As questões mais técnicas desta reunião serão aqui detalhadas pela exposição de motivos do nosso relator-geral, Deputado Federal José Pimentel, homem sério, competente e realmente responsável pela tarefa ingente, que está abraçando, de ser o relator-geral do Orçamento da União, ao lado do Deputado Cláudio Vignatti, relator do PPA, que detalhará, nos seus devidos termos, a participação de Minas Gerais e do Brasil no Orçamento Plurianual, no período de 2008-2011.

Após a exposição dos relatores, intercalaremos, na tribuna, os representantes dos Poderes de Minas Gerais e os líderes das entidades não governamentais presentes, cujo concurso também é bastante importante para a elaboração de um bom Orçamento. Muito obrigado.

Com a palavra, o Deputado Cláudio Vignatti, que fará sua exposição sobre o PPA.

Peço permissão ao Deputado Vignatti, que já anunciei como orador, para lembrar aos presentes que estamos com a lista de oradores aqui ao lado, para inscrição. As propostas poderão ser entregues aos consultores do Orçamento da União aqui presentes, que poderão esclarecer as pessoas sobre qualquer dúvida de natureza técnica, formal. Muito obrigado.

Com a palavra, o Deputado Cláudio Vignatti.

Palavras do Deputado Federal Cláudio Vignatti

Boa tarde a todos e a todas. Quero saudar o José Maranhão - aliás, está cheio de Josés na Mesa -, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, essa Comissão única do Congresso Nacional, que junta, de forma permanente, a Câmara e o Senado no trabalho anual do Congresso; o Nárccio Rodrigues, que, além de ser 1º-Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, também é Vice-Presidente do Congresso Nacional, mineiro da região de Frutal, que eu e o Nárccio conhecemos bem; o José Pimentel, do Ceará, relator do Orçamento, que tem feito um trabalho fantástico; o Zé Maia, representando aqui a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira do Estado, em nome de quem agradeço a acolhida da Assembléia e de todos os Deputados Estaduais; o eminente Deputado Federal Rafael Guerra, que tem lutado muito pela Frente Parlamentar da Saúde, setor tão importante, e hoje tem a incumbência de tudo que traduziu na luta do Parlamento, em âmbito nacional; o Deputado Federal Miguel Corrêa Jr., membro da Comissão de Orçamento, novo, estreante da bancada jovem de Minas em Brasília; o Deputado Federal Gilmar Machado, em homenagem e reconhecimento - o Nárccio o fez aqui, com toda a precisão - ao seu trabalho brilhante na Comissão de Orçamento do ano passado, e temos sentido que o trabalho brilhante do José Maranhão é uma continuidade desse trabalho fantástico. Portanto, o nosso reconhecimento ao, hoje, Vice-Líder do Governo na Câmara dos Deputados.

Saúdo também o Humberto Souto, que veio aqui, mas foi embora. É importante dizer que ele lutou para trazer a audiência para cá, com seu jeito incisivo de ser. Parece-me que hoje tinha uma cirurgia a fazer. Ele dizia que, se pudesse, passaria por aqui. Acredito ser esse o motivo da sua ausência.

Minha saudação aos Deputados Federais Fábio Ramalho, o Fabinho, que ontem, à noite, depois de 1 hora da manhã - a reunião foi quase até as 3 horas -, proporcionou-nos um lanche especial, com uma carne-de-sol; Aldair Cunha, meu amigo também; Maria do Carmo Lara, velha militante, Deputada de muitos mandatos e de muitas lutas por Minas Gerais; e Jô Moraes.

Acredito ter saudado a todos os Deputados Federais. De qualquer forma, eu os saúdo, bem como a todos os Deputados Estaduais presentes.

É com grande alegria que temos a responsabilidade, delegada ao Congresso Nacional, da relatoria do PPA. A cada quatro anos a responsabilidade é do Senado Federal; nos quatro anos seguintes, da Câmara dos Deputados. Desta vez coube à Câmara dos Deputados essa responsabilidade. Essa delegação da relatoria foi destinada a mim, assim como coube ao Deputado Pimentel este ano a relatoria do Orçamento. Estamos fazendo esse trabalho de forma conjunta no Brasil, por meio dessas audiências regionais, articuladas por nosso Presidente da Comissão de Orçamento, com conhecimento vasto dessa área e que tem dirigido muito bem os trabalhos dessas audiências públicas. Refiro-me ao Senador-Governador José Maranhão - chamo-o assim -, que tem estado presente nessas audiências. A sua presença engrandece o trabalho da Comissão e traduz o respeito às audiências e aos seminários públicos. Esse acompanhamento é fundamental.

Farei uma macroexposição do PPA.

Na pasta que cada um recebeu há a política de investimento para esta região do Brasil. Nela cada um tem o resumo das informações necessárias para que possa, de repente, fazer sugestões.

Saúdo a população aqui presente, principalmente os movimentos sociais, na pessoa ilustre da Conceição Maria do Carmo, representante do Conselho de Segurança Alimentar, lutadora da agricultura familiar.

De antemão, quero dizer que as sugestões que serão levantadas hoje, ao microfone ou de forma escrita - isso vale também para a imprensa presente -, serão depois distribuídas para a grande bancada dos parlamentares mineiros, a fim de agasalharem algumas dessas emendas e acolhê-las. Daremos prioridade às que foram levantadas aqui, neste seminário. Como cada Senador e cada Deputado pode apresentar dez emendas, teremos de fazer um recorte. Um deles, sem dúvida nenhuma, é a oportunidade de acolher as sugeridas aqui, no seminário, a fim de valorizar, aliás, este encontro no atendimento às demandas ao PPA.

O PPA é o plano que define as estratégias, as diretrizes, as metas e os objetivos de cada esfera do governo para os próximos quatro anos. Estamos falando dos próximos quatro Orçamentos da República, dos próximos quatro anos no Brasil em relação à política macroeconômica, social, estrutural e de seguridade social. É isso que define o PPA.

Ele traduz a orientação de iniciativa prática, capaz de gerar o desenvolvimento com crescimento, associado à redução das desigualdades sociais e regionais, à promoção da igualdade de gênero, raça, etnia, manutenção sustentada da estabilidade fiscal e de preços no Brasil.

O próximo PPA, como vocês estão acompanhando, tem um investimento de grande monta. São R\$3.580.000.000.000,00 de investimento, distribuídos da seguinte forma: em 2008, R\$800.000.000.000,00; em 2009, R\$872.000.000.000,00; em 2010, R\$930.000.000.000,00; e em 2011, R\$981.000.000.000,00, para os próximos quatro anos da República.

Como cabe ao Governador deste Estado, como coube aos Prefeitos deste mandato e do passado, como cabe aos Deputados desta Assembléia Legislativa, haverá a definição do PPA para os próximos quatro anos no Brasil. Sejam os próximos três anos para este Governador, para a Casa Legislativa e para o Presidente da República, e para o próximo Presidente da República, e para o próximo Governador. Um ano do próximo governo, que é o PPA e o Orçamento, que elaborarmos para o próximo mandato, também em âmbito nacional.

Os R\$3.580.000.000.000,00 estão distribuídos, de forma geral, da seguinte maneira: fiscal e seguridade social, R\$2.353.000.000.000,00; investimentos das estatais, R\$253.600.000.000,00; renúncia fiscal, R\$1.800.000.000,00; plano de dispêndio global, R\$12.700.000.000,00; fundos, R\$138.700.000.000,00; agências oficiais de crédito, R\$704.500.000.000,00; parcerias PPPs, R\$104.700.000.000,00.

Recursos por áreas: na administração, 4%; na infra-estrutura, 20%; na defesa e segurança, 5%; nas áreas sociais, 28%; no setor produtivo, 36%; nas demais agrupadas, 7%.

A energia terá o maior investimento da história do Brasil, nos próximos quatro anos. A energia terá 75% do investimento de infra-estrutura, R\$288.500.000.000,00; o urbanismo, 4%, R\$16.100.000.000,00; o saneamento, 5%, R\$20.000.000.000,00; o transporte, 14%, R\$55.700.000.000,00; a comunicação, 2%, R\$7.800.000.000,00.

O PPA tem como macroobjetivos: promover a inclusão social e a redução da desigualdade social; promover o crescimento econômico, ambientalmente sustentável, com geração de emprego e distribuição de renda; proporcionar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento, com equidade, qualidade e valorização da diversidade; fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia, e a cidadania, com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos; implantar uma infra-estrutura eficiente e integradora no território nacional; reduzir as desigualdades regionais, a partir das potencialidades locais do território nacional; fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana; elevar a competitividade do sistema econômico e da inovação tecnológica; promover um ambiente social pacífico e garantir a integralidade dos cidadãos; promover o acesso, com qualidade, à seguridade social, sob a perspectiva da universalização e da equidade, assegurando seu caráter democrático e de descentralização.

As três agendas macroestruturantes do PPA, encaminhadas ao Congresso Nacional, estão assim definidas: primeiro, no Plano de Desenvolvimento da Educação no Brasil, anunciado no começo do ano. Temos uma seqüência de governo, uma seqüência de ações. O PPA vira uma seqüência de ações. Quando há um governo novo, não é diferente do governo do Estado. Há uma seqüência de ações. Quando há um governo novo, a cada quatro anos, existe uma nova articulação de ações.

Então uma agenda é o Plano de Desenvolvimento da Educação; a outra é a Agenda Social, conhecida pelo povo brasileiro, que é a agenda principal dos primeiros quatro anos do PPA anterior, da governabilidade do Presidente Lula; a outra é o Plano de Aceleração do Crescimento, que vem para o interior do PPA. Todo parque nacional, traduzido em suas obras, nos seus investimentos, nas suas políticas de crescimento econômico social, é trazido para o seio do PPA nacional.

Na questão da educação, as agendas são divididas da seguinte forma: aumentar a qualidade da educação básica no Brasil; reduzir a taxa de analfabetismo; aprimorar e ampliar a rede de ensino profissionalizante e tecnológico em nível nacional; ampliar e democratizar o acesso ao ensino superior no Brasil.

Vejamos o total de recursos distribuídos, na tabela, referentes a investimento em educação: o Brasil Escolarizado está com R\$22.100.000.000,00; Qualidade na Escola, com R\$8.900.000.000,00; Desenvolvimento Educacional, com R\$500.000.000,00; e Educação para Diversidade e Cidadania, com R\$1.100.000.000,00, totalizando-se R\$32.600.000.000,00. O Brasil Alfabetizado, Educação de Jovens e Adultos, com R\$2.800.000.000,00; Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica, com R\$5.600.000.000,00; Brasil Universitário, com R\$15.500.000.000,00; Desenvolvimento da Pós-Graduação e Pesquisa Científica, com R\$4.800.000.000,00.

Para os próximos quatro anos, temos um investimento na educação de cerca de R\$20.000.000.000,00 a mais, ou seja, acima do preceito constitucional exigido no Brasil.

Quero dizer-lhes que, investindo-se na educação dessa forma, isto é, se cumprido esse investimento nos próximos quatro anos, vamos atingir aquilo com que os educadores sempre sonharam: aumentar a participação de 1% no PIB da educação nos próximos quatro anos. Trata-se de um investimento extraordinário. Juntando-se os recursos de várias áreas, garante-se essa oportunidade, como o Fundeb vai garanti-la ao Brasil.

É importante discutir a universidade. Vocês possuem 12 universidades federais. Aliás, é o Estado que tem o maior número de universidades federais do Brasil. Então discutir o acesso à universidade é importante, mas nos esquecemos de que, da juventude brasileira - temos hoje 48 milhões de jovens no Brasil, somos o 3º país em quantidade de jovens no mundo -, apenas 33% concluem o ensino médio. Portanto, é importante também nos preocuparmos com o ensino básico e fundamental.

Todo o investimento do Fundeb, tendo em vista a universalidade da educação desde a creche até o ensino médio, passa a dar nova dinâmica à escolarização, à oportunidade de acesso à escola. Todavia, não podemos nos esquecer de novos investimentos no sistema universitário brasileiro, seja por meio do ProUni, seja por intermédio da ampliação de vagas universitárias no PPA: temos a oportunidade de fazer aumentar em 100% o número de vagas, nos próximos quatro anos. Trata-se de dobrar as vagas públicas federais oferecidas no ensino superior.

Aqui temos um pouco da distribuição dos investimentos por área de que acabei de falar. Falamos no investimento maior que vem justamente

para a área da educação básica, com vistas a atender à demanda.

Não vou falar de todos os investimentos nas áreas sociais, mas quero citar um aspecto. Quanto à questão de gênero, é a primeira vez que o Brasil investe esse montante. Traz para o centro do debate a Secretaria da Mulher, em nível nacional, traduzindo essa discussão importante para o Brasil em aplicação de recursos orçamentários. Há também uma demanda importante: coloca-se o Pronasci no centro do PPA. Trata-se de um programa de segurança anunciado no Brasil, o qual abrange a questão das bolsas e da capacitação de policiais em todo o País.

Ainda na agenda social, temos recursos do Bolsa-Família, que, nos próximos quatro anos, continuará com altíssimos investimentos. Entretanto, de certa forma, não há uma projeção tão alta de crescimento, visto que está sendo desenvolvida uma estratégia a fim de continuarmos gerando emprego, distribuindo renda e melhorando a qualidade de vida das pessoas, para que não seja necessário se investir tanto no Bolsa-Família. Todavia este continua sendo o principal programa social deste país, o mais universal e o que conta com maior investimento, já que, nos próximos quatro anos, a previsão é de que se invistam R\$43.892.000.000,00.

Quero chamar a atenção para a política de juventude. Tive a oportunidade de coordenar a Frente Parlamentar e sou membro do Conselho Nacional de Juventude. Hoje, o Deputado Federal Reginaldo Lopes é o coordenador da Frente Parlamentar de Juventude. Pela primeira vez, no PPA nacional, dispomos de uma política de investimento para a juventude. Então, esta é a primeira vez na história em que temos uma política articulada para a juventude brasileira e com este volume de recursos, ou seja, R\$7.300.000.000,00.

Quanto aos demais recursos nas áreas sociais, destaco o terceiro, que é o prosseguimento do investimento estratégico. Um modal de investimento do governo federal é o investimento na agricultura familiar nos próximos quatro anos: estão desenhados mais R\$10.000.000.000,00. Neste ano, o financiamento do Pronaf avançou em mais R\$2.000.000.000,00. E, para os próximos quatro anos, continua um investimento crescente do governo federal no financiamento, com subsídios em parte dos juros, desse programa importante. Dessa forma, serão incluídos 2.400.000 contratos novos, nestes próximos quatro anos, para a agricultura familiar brasileira, num contingente de mais ou menos 4.500.000 famílias na agricultura familiar do País.

Nas áreas do saneamento e da habitação, há um recurso extraordinário. Deputado Federal Rafael Guerra e pessoal da saúde, o saneamento é fundamental para a saúde humana. Nos meus 22 anos, tive a oportunidade de ser Presidente do primeiro Conselho Deliberativo de Saúde de minha cidade, Chapecó, em Santa Catarina. O saneamento básico virou uma bandeira muito forte da saúde brasileira, da sociedade brasileira. Teremos um investimento extraordinário no saneamento, no Brasil. E, com esses investimentos previstos para os próximos quatro anos, no Brasil, sem dúvida nenhuma, teremos a oportunidade de ver uma política pública construída para o saneamento. São investimentos muito grandes para o Brasil, divididos entre as regiões, como eu mostro na tabela aqui. São mais de R\$20.000.000.000,00 previstos para o saneamento no Brasil. Esses recursos dependem essencialmente de projetos a serem elaborados pelos Municípios e Estados, para tratamento de água e de esgoto e para a questão do lixo. Teremos oportunidade de construir, de fato, uma política pública de saneamento nos próximos quatro anos, no Brasil.

É o investimento que muitas vezes define a construção da política pública, de uma política continuada para garantir, de fato, o atendimento às demandas sociais dos Estados brasileiros.

O orçamento previsto e já articulado para a Região Sudeste é este que vocês estão vendo aí. Para o abastecimento de água, são R\$2.400.000.000,00; para o esgoto sanitário, R\$2.500.000.000,00; para o manejo de água pluvial, R\$932.000.000,00; para saneamento integrado, R\$2.500.000.000,00; e, para urbanização e assentamento precários, R\$3.310.000.000,00, num total de R\$10.935.300.000,00.

Para os transportes, o PAC traz investimentos estratégicos. Minas tem contemplada grande parte da sua malha viária. Primeiro, ele inclui no PPA 4.690km de novas rodovias no Brasil, nos próximos quatro anos, e traz novamente o debate da reestruturação da malha ferroviária nacional. Está prevista a expansão da malha ferroviária no Brasil, com mais 2.110km. E são 18 novas pistas de pouso e decolagem, reforma e construção de aeroportos e de 17 terminais de passageiros, conforme previsão do PPA.

Quanto aos principais projetos de Minas Gerais, os Deputados Federais lutaram muito pela inclusão de verbas. Principais projetos: para a adequação do trecho rodoviário no entroncamento das BRs 116, 259 e 451, há R\$783.400.000,00; para o apoio à urbanização de assentamentos precários, há R\$456.900.000,00; e para a adequação do trecho rodoviário Betim-Nova Serrana, na BR-262, há R\$300.000.000,00. Para a manutenção do trecho rodoviário na BR-040, R\$205.000.000,00; para a adequação do trecho rodoviário no entroncamento da BR-050, no entroncamento da BR-153 e na BR-363, R\$183.000.000,00; e para a manutenção do trecho rodoviário da BR-153, R\$165.000.000,00. Manutenção do trecho rodoviário da BR-459, R\$158.000.000,00. Construção de trecho rodoviário na divisa entre Minas e Bahia (BR-135), R\$137.000.000,00. Manutenção do trecho Eldorado, no sistema de trem urbano de Belo Horizonte, R\$137.000.000,00. Manutenção de trecho rodoviário da BR-353, R\$134.000.000,00. Manutenção de trecho rodoviário da BR-494, R\$128.000.000,00. Manutenção de trecho rodoviário da BR-262, R\$124.000.000,00.

Aqui também vem a reforma do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, mencionada na fala inicial do Presidente desta Comissão, com R\$50.000.000,00.

Manutenção de trecho rodoviário da BR-251, R\$123.000.000,00. Adequação de trecho rodoviário, no entroncamento das BRs-420 e 424, na BR-040, R\$128.000.000,00. Manutenção de trecho rodoviário da BR-116, R\$118.000.000,00. Manutenção de trecho rodoviário da BR-135, R\$108.000.000,00. Manutenção de trecho rodoviário da BR-365, R\$107.000.000,00. Apoio a empreendimentos de saneamento integrado em assentamentos precários, em Municípios de regiões metropolitanas ou de regiões integradas de desenvolvimento econômico e em Municípios com mais de 150 mil habitantes, R\$105.000.000,00. Construção do contorno rodoviário Betim-Ravena, na BR-381, R\$80.000.000,00. Manutenção de trechos rodoviários da BR-265, R\$64.000.000,00. Construção de trechos rodoviários da MG-170, da BR-491 e da 265, R\$50.000.000,00.

Quero dizer que Minas Gerais tem investimentos previstos para os próximos quatro anos. Há uma parte significativa já orçada para este ano, do ponto de vista da infra-estrutura. O Estado terá um grande investimento em suas rodovias, naquele programa de adequação e recuperação total das rodovias brasileiras, por parte do governo federal, nos próximos quatro anos.

O PPA traz, de certa forma, aquilo que vivenciamos neste momento, que é extremamente otimista do ponto de vista da evolução econômica. Ele desenha uma evolução econômica extremamente positiva. O sentimento é pouco nacional, mas ele garante um crescimento do próprio PIB, com uma média de 5% ao ano, num cenário otimista, com controle inflacionário muito bom e com uma estabilidade sem intervenção direta. Mas desenha uma taxa de câmbio, do ponto de vista estável, nos próximos quatro anos, sem muita oscilação, corrigindo-se pelos índices inflacionários, chegando a 2,10, em 2011, na taxa de câmbio do Brasil.

Sobre uma questão do cenário macroeconômico, gostaria de chamar a atenção da imprensa e da sociedade. Quando desenhamos o cenário macroeconômico, ele reflete, muitas vezes, a própria política econômica, a estabilidade econômica e fiscal do Brasil. O desenho da Taxa Selic é extremamente positivo nestes próximos quatro anos, apesar de estarmos vivendo a menor taxa da nossa história. Mas todos os olhos do povo brasileiro ainda nos remetem à necessidade de redução. O PPA e o governo montam essa estratégia de redução gradativa da Taxa Selic, e, nos próximos quatro anos, no Brasil, chegaremos a uma taxa real de juros de 3,6 e a uma taxa acumulada, somada com a inflação anterior, com

controle inflacionário, de 4,5. A essa taxa somamos uma taxa real de 3,86 e uma taxa acumulada de inflação de 8,54, no final dos próximos quatro anos.

Também nesse sentido, há um aspecto importante, e com certeza o Pimentel o trata com propriedade no Orçamento deste ano: a evolução do salário mínimo. Garante uma evolução gradativa, aquilo que já apontamos na aprovação no Congresso Nacional, seja na Câmara dos Deputados, seja no Senado Federal. Trata-se de uma recuperação gradativa do poder de compra, com controle inflacionário, redução de juros e aumento real do salário mínimo, que tem uma projeção de R\$558,00 para 2011. Toda a projeção real já está desenhada. É a primeira vez que conseguimos desenhar o crescimento do salário mínimo no PPA, com aumento real, somando a inflação. Nunca o Brasil conseguiu fazer isso.

Falamos recentemente sobre a forma de participação da sociedade. Instrumentos como seminário, audiência pública, de aproximação com os Estados são algo novo para o Congresso Nacional. Cada parlamentar tem o direito de propor 10 emendas individuais ao PPA e 5 emendas de cada Estado, de forma coletiva. O calendário alterado ontem na Câmara dos Deputados, acordado com os Líderes, remeteu para o dia 15 o início do prazo, que é de 10 dias, para apresentação de emendas. As sugestões apresentadas aqui individualmente, de forma escrita ou pelo microfone, serão emitidas e distribuídas a cada Deputado e Senador. As que forem acolhidas serão priorizadas no PPA. Essa é uma maneira de valorizar a participação de vocês neste seminário e contemplar o entendimento de que o PPA não é tão rígido como o Orçamento, que determina número de emendas para cada Deputado e bancada. O relator não precisa necessariamente acatar as 10, como na LDO, em que nenhuma emenda individual foi acatada.

Daremos prioridade ao atendimento de emendas individuais dessa forma. Assim, valorizamos a participação da sociedade e facilitamos a fiscalização da imprensa e o acompanhamento pela sociedade do que foi contemplado nos levantamentos que Minas Gerais pôde fazer, naquilo que não foi incluído muitas vezes nas estratégias do PPA para os próximos quatro anos, de programas finalísticos ou administrativos do governo federal, como o Bolsa-Família, Deputada Jô Moraes.

Deputados e Senadores têm o poder de criar programas ou remanejar a oportunidade de criar dentro dos programas que são subprogramas orçamentários, tornando-os programas. Eles têm, pois, esse poder, desde que haja justificativa técnica apontando a origem dos recursos e a forma de serem atingidos nos próximos quatro anos no Brasil. Podem também sugerir emendas nesse sentido.

Não tenho dúvida alguma de que, se conseguirmos cumprir o PPA nos quatro anos no País, daremos grande salto de qualidade no modal de infra-estrutura, que tem uma carência com crescimento previsto de 5%. Empurramos o modal de infra-estrutura, mas o PAC adianta esse modal, seja nas rodovias, seja nos portos ou nos aeroportos. Vocês não têm portos, mas nós, em Santa Catarina, temos. Não há um porto no Brasil que não esteja no PAC, com obras novas para garantir o processo exportador e importador; não há um aeroporto importante que não esteja no PAC; não há uma rodovia que não esteja no PAC, com restauração e adequação. Isso nunca aconteceu na história deste país como acontecerá agora, nos próximos quatro anos, sob o ponto de vista orçamentário.

Com investimentos na política educacional e social nos próximos quatro anos, daremos, sim, um grande salto de qualidade na conquista de melhor qualidade de vida, geração de emprego e distribuição de renda.

Queremos fazer, como relator desse PPA, o melhor relatório possível, com a acolhida das sugestões da sociedade mineira, com quem devemos aprender muito, pelo jeito de vocês fazerem política, valorizando não só a política mineira mas também ouvindo o Brasil inteiro, para fazer o melhor relatório, com o rosto e com a cara do povo brasileiro. Só assim faremos um grande Brasil para todos nós. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à apresentação de "slides".

O Sr. Coordenador dos trabalhos (Senador José Maranhão) - Depois de ouvir a brilhante exposição do Deputado Cláudio Vignatti, vamos ouvir a exposição, igualmente brilhante, que será feita pelo Deputado Federal José Pimentel. Antes, porém, deste Deputado iniciar a sua exposição, gostaria de lembrar aos presentes que a lista de inscrição dos oradores continua aberta. Para aqueles que quiserem apresentar sugestões ao Orçamento, o formulário próprio está com a nossa consultoria, que poderá orientá-los tecnicamente. Com a palavra, o Deputado José Pimentel.

Palavras do Deputado Federal José Pimentel

Quero dar uma boa-tarde aos nossos amigos e amigas presentes e dizer que é uma alegria estar, mais uma vez, na nossa Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Estive aqui em junho, para participar de uma audiência pública sobre o Simples Nacional.

Quero dar um forte abraço no nosso Senador José Maranhão, Presidente da nossa Comissão Mista do Orçamento, neste ato representando o Congresso Nacional, e registrar que essa Comissão, da qual todos nós também somos membros, sob a sua Presidência, tem conseguido votar, religiosamente em dia, os vários projetos de lei que são apresentados. Isso é fruto da dedicação dos nossos membros, principalmente pela maneira e pela forma com que o nosso Presidente José Maranhão conduz os trabalhos. Por isso, Sr. Senador, Sr. Presidente, parabéns pelo seu trabalho.

Também quero deixar o meu forte abraço ao Cláudio Vignatti, nosso relator do PPA, e dizer-lhe que, sem planejamento, dificilmente a sociedade terá a clareza de como este país caminhará nos seus investimentos, no seu custeio e no seu dia de amanhã. Em suas mãos, os próximos quatro anos estarão sendo desenhados com a participação dos 594 congressistas, das nossas Assembléias Legislativas, do pacto federativo, por meio dos Municípios, dos Estados e da União, sobretudo com a participação da sociedade brasileira, que produz riquezas e paga tributos, e por isso deseja um Brasil mais justo e fraterno.

Ainda quero dar um forte abraço no Rafael Guerra, nosso relator setorial, e dizer que essa bandeira deverá ser uma das mais exigidas no ano de 2008, por todo o Congresso Nacional, mas tenho certeza de que V. Exa., como um forte militante da causa da saúde, fará um excelente relatório setorial, levando em conta as reivindicações apresentadas pela sociedade. Vamos fazer o possível para ajudá-lo no que estiver ao nosso alcance.

O meu abraço também vai para o Miguel Corrêa Jr., esse jovem Deputado que chegou ao parlamento neste ano de 2007, enquanto eu lá cheguei em 1995, um pouco mais maduro e com menos cabelo do que V. Exa. Já são quase 16 anos de caminhada. V. Exa. chegou a uma comissão que exige muito, mas, como jovem que é, terá muita energia e experiência e vai nos ajudar bastante nesse debate.

Quero aqui saudar o Deputado Gilmar Machado, Vice-Líder do Governo, e dizer que o embrião que ele plantou para o Orçamento de 2007, de audiências públicas, agora se torna realidade. Esperamos que, para o Orçamento de 2009, possamos aprimorar, ainda mais, o que estamos fazendo neste ano de 2007.

Quero deixar um forte abraço para as Deputadas Maria do Carmo Lara, cuja experiência como mulher e Prefeita tem ajudado muito o debate naquela Casa, e Jô Moraes, que ali chegou com sua maneira simples e acolhedora de ser e tem-nos ajudado a todos nessa reflexão, em uma Casa extremamente machista, onde a presença feminina ainda não chega nem sequer a 10%. Esse é um desafio que todos precisamos discutir,

pois é por meio das políticas públicas, Maria do Carmo Lara e Jô Moraes, que vamos colaborar para que as mulheres preencham cada vez mais espaço na política brasileira. Aproveito para registrar que sou bancário de profissão, sou do Banco do Brasil, um banco público, e que o primeiro concurso público que admitiu mulheres naquela instituição secular foi em 1967. Hoje, mais da metade dos seus servidores são mulheres, muito mais competentes do que nós, homens, que estamos ali há quase 200 anos. Portanto, Maria do Carmo Lara e Jô Moraes, vocês têm, ao lado da sociedade brasileira, um grande caminho a construir.

Também quero dar um forte abraço no Odair Cunha, ainda muito jovem, mas já em seu segundo mandato, ressaltando que, de todas as bancadas do Congresso Nacional - dos 26 Estados e do Distrito Federal -, a que tem mais jovem é a de Minas Gerais. Aqui, consegue-se conjugar a experiência dos que têm juventude acumulada, como é o caso do nosso Humberto Souto, com a daqueles que estão em plena juventude, para que a nossa Minas Gerais continue sendo a síntese da política brasileira.

Deixo ainda um abraço para o Fábio Ramalho, que, com sua maneira simples de acolher e conversar, está sempre ali, ajudando-nos, refletindo e debatendo.

Deixei para saudar por último o Nárcio Rodrigues, lembrando que chegamos juntos àquela Casa e temos participado de várias comissões do Congresso Nacional e de uma série de atividades internacionais para reflexão do papel do Congresso Nacional, aproveitando a experiência de outros países e construindo esse processo na diversidade, para que amanhã possamos ter um País mais republicano, como é a vontade de todos nós.

Ainda quero deixar um forte abraço para a Secretária Renata Vilhena, que aqui esteve, por seu brilhante trabalho, e quero, na sua pessoa, saudar a todos os que fazem o governo do Estado de Minas Gerais: o Governador Aécio Neves, o Vice-Governador, o seu secretariado, os seus cidadãos e seus representantes. Aproveito para dar um abraço também nos Deputados André Quintão, que já se pronunciou hoje; Carlinhos, ainda conosco; Agostinho; Weliton Prado; Roberto Carvalho e Elisa Costa, nossa Deputada neste debate.

Para começar, quero registrar que, para subsidiar este debate, a Comissão Mista elaborou uma cartilha, já previamente distribuída, que é fruto de um conjunto de ações da Consultoria do Congresso Nacional, composta por servidores da Câmara e do Senado, ressaltando que naquela Casa temos excelentes funcionários e que é por isso que conseguimos conduzir um bom debate, uma boa discussão, e cada vez mais aprimorar o Orçamento da União, para que haja menos desperdício. Noto que os nossos Consultores fizeram questão de vir ajudar no debate, esclarecer dúvidas, receber propostas e, ao mesmo tempo, colher mais informações, para que nossa Consultoria continue prestando um serviço cada vez melhor ao Estado nacional e sendo orgulho daqueles que precisam de seu auxílio e de suas informações na Câmara e no Senado.

Esta cartilha, em sua pág. 10, explicita o montante do Orçamento Geral da União para 2008: R\$1.414.000.000.000,00. A primeira coisa que nos chama à atenção aqui é que o Orçamento de 2008 é menor do que o de 2007, que foi de R\$1.560.000.000.000,00. Por que isso?

Porque não pagaremos um centavo de juros da dívida pública externa, em 2008, tendo em vista que as reservas internacionais e os juros que receberemos pagarão totalmente os juros remanescentes do restante da dívida externa, que é da ordem de US\$62.000.000.000,00, e ainda permitirão uma receita a mais para o Estado Nacional.

Da mesma maneira, a dívida interna, que em 2006 representou 44% do produto interno bruto, em 2007 deverá ser reduzida para algo em torno de 42% do produto interno bruto, e também, como bem apresentou aqui o nosso relator Vignatti, a baixa taxa de Juros Selic, em 2008, será menor que a de 2007, o que está permitindo uma diminuição de R\$250.000.000.000,00 do Orçamento de 2007 para o de 2008; isso permite que tenhamos um pouco mais de recursos para investir tanto no custeio como nos investimentos do Estado Nacional.

Por isso os investimentos em 2008 são muito mais substanciais que os de 2007. Para se ter uma idéia, em 2008, a região Centro-Oeste vai receber a quantia de R\$27.123.000.000,00, o que já faz parte das informações repassadas para cada participante deste seminário. Desse montante, há uma parte específica para investimentos no Estado e também outra que integra a programação nacional, e um dos grandes itens da programação nacional é exatamente a revitalização de todo o Rio São Francisco, todo o seu processo de saneamento básico e um conjunto de inserções públicas feitas exatamente desses R\$27.000.000.000,00, sendo que R\$11.680.000.000,00 fazem parte de programações nacionais envolvendo mais de um Estado.

E, no caso concreto de nossa Minas Gerais, o montante de investimento é da ordem de R\$2.550.000.000,00, em 2008. E, além desses recursos, há toda a participação na programação nacional. Desse montante, o maior volume irá exatamente para o sistema de rodovias federais, que era e é um dos graves problemas sempre apresentados por todos os setores da sociedade mineira, repercutindo muito fortemente no Congresso Nacional.

Pelos documentos fornecidos, pode-se ver que os investimentos nas rodovias federais de Minas Gerais, em 2008, representarão R\$1.280.000.000,00. Não existe uma única rodovia federal no nosso Estado sem aporte de recursos para sua recuperação e sua melhoria no exercício de 2008, e isso é fruto exatamente do aumento das receitas do Estado Nacional. Reduzimos a dívida pública, o que nos permite fazer agora esse grande investimento de R\$1.280.000.000,00 nas nossas rodovias.

Uma outra grande demanda que vem, ao longo do tempo, de todo o território nacional, é a necessidade de investir na educação brasileira. Tivemos a criação do Fundef, em 1996, que foi muito importante, uma vez que permitiu a universalização dos estudantes da escola. Agora, a partir de 2007, cria-se o Fundeb, que integra a escola básica, desde a pré-escola ao Ensino Fundamental e Médio. Esse é o segundo passo que damos. E, com esse, temos o chamado Brasil profissionalizado e o Brasil universitário. O Estado de Minas Gerais, como todos sabemos, possui 12 universidades, além das escolas técnicas, dos Cefets e das escolas agrotécnicas. Esse setor da educação federal estará recebendo, em 2008, R\$1.349.000.000,00.

Esse montante de recurso só é inferior ao Orçamento do Estado e da Capital de Minas Gerais, Belo Horizonte. Não encontraremos nenhuma outra unidade da Federação, no Estado de Minas Gerais, com esse valor de R\$1.349.000.000,00, que é a aplicação nas universidades em 2008.

E aqui, além dos "campi" avançados, o que foi uma forte reivindicação de toda a bancada federal de Minas Gerais, como muito bem o Deputado Nárcio Rodrigues, nosso 1º-Vice-Presidente, aqui já deixou registrado, também há uma forte ação na instalação de Cefets. São 12 Cefets programados para o Estado de Minas Gerais. Desses 12, seis serão implantados em 2008. Quais são eles? São os de Ituiutaba, Paracatu, Arinos, Muriaé, Curvelo e Formiga. Em 2009, como o PPA já contempla, está prevista a implantação de Cefets em Almenara, Contagem, Governador Valadares e Pirapora. Em 2010, está previsto para Montes Claros e Araçuaí. Portanto, são 12 Cefets, além da estrutura federal que aqui já existe e está no Orçamento de 2008-2009-2010. Por isso, a União investirá, só em 2008, no setor universitário, envolvendo as escolas técnicas, os Cefets e as universidades. Serão R\$1.349.000.000,00 aplicados no conhecimento, num Estado que já tem um peso muito forte na informação, no conhecimento, na academia. E precisamos, cada vez mais, estar fortalecendo isso.

Os Orçamentos da União, até 2007, apresentavam alguns itens e estrangulamentos. Felizmente, nesse ano de 2008, boa parte deles já foi resolvida. O primeiro grande tema de debate no Congresso Nacional era o salário mínimo. A Comissão Mista do Orçamento dedicava um bom tempo tentando arranjar fontes para um ganho real no salário mínimo. O acordo firmado, em 2006, entre o Presidente Lula e as centrais

sindicais, que prevê um reajuste anual da inflação mais o ganho real, que é o crescimento do PIB, na discussão da peça orçamentária de 2008, e que é feita em 2007, é um tema que não está na agenda, nem da sociedade nem do Congresso Nacional. Isso porque ele cumpre exatamente o que as centrais acordaram, com valor de R\$407,33. Esse montante já veio na peça orçamentária. A Comissão Mista do Orçamento e o Congresso Nacional não terão mais a necessidade de queimar energia, arranjando fontes para atender a essa demanda.

É bom registrar que tínhamos um Deputado Federal, do meu partido - PT -, o Paulo Paim, que, até 2004, toda semana fazia um discurso cobrando do Brasil um salário mínimo de US\$100,00. Isso também não faz mais parte do debate nem das caminhadas. Sou sindicalista e, durante a década de 80 a 90, se, em toda manifestação, não tivesse uma bandeira cobrando o mínimo de US\$100, dizíamos que a passeata, que a manifestação estava incompleta. Agora já ultrapassa US\$200,00, e precisamos continuar avançando nesses valores para que, no dia de amanhã, os trabalhadores possam ter uma remuneração muito melhor.

Um segundo item, que sempre foi objeto de grande debate no Congresso Nacional, é o cumprimento da Emenda Constitucional nº 29, de que o Deputado Rafael Guerra foi um dos teóricos, um dos que ajudaram na sua aprovação. A partir de 2004, por determinação dessa emenda, o orçamento da saúde sempre será o liquidado do ano anterior, acrescido da inflação mais o crescimento real do PIB. A peça orçamentária de 2008 traz exatamente esses valores: R\$47.000.000.000,00. Nós, em 2003, no primeiro ano do governo Lula, investimos R\$27.000.000.000,00 na saúde pública brasileira, que saiu de R\$27.000.000.000,00 e, no quinto ano, foi para R\$47.000.000.000,00, o que ainda é muito insuficiente considerada a demanda do Brasil e aquilo de que o País necessita.

Os mais velhos, como eu, lembram muito bem que, até 1988, só tinha direito à saúde pública no Brasil quem tinha carteira assinada. Os demais homens e mulheres deste país só tinham saúde pública quando uma Santa Casa de Misericórdia conseguia abrir suas portas para receber esse cidadão. Por isso precisamos ter um olhar diferenciado para as Santas Casas, porque são tão públicas como o hospital municipal, o estadual e o federal. Por isso nosso Rafael Guerra sempre tem abordado esse tema. Daqui a pouco, ele dará continuidade a essa discussão, pois domina muito bem esse assunto; ao lado do Pe. José Linhares, do Ceará, faz um bom debate sobre essa questão e nos tem ensinado muito.

Também temos outro ponto de estrangulamento na saúde, que é o investimento por ano por habitante. Esse investimento, em 2007, ainda é diferenciado para cada região, para cada Estado da Federação. Temos Estados com investimentos da ordem de R\$80,00 e Estados com investimentos que chegam a R\$130,00. Da mesma maneira que o investimento por ano por aluno é uniforme, precisamos criar as condições para que esse sistema também seja uniforme. Temos Estados em que 40% da população têm plano de saúde complementar e 60% dependem diretamente do SUS. Em outras regiões, 90% da sociedade depende do SUS e apenas 10% tem previdência complementar.

Nosso relator setorial Rafael Guerra, acho que um dos grandes desafios para você e para todos nós, da Comissão Mista, será diminuir essa distância. Sei do seu compromisso com esse debate. Vamos ajudar a construir uma proposta que diminua essa distância.

Temos também um forte debate sobre a questão fitossanitária, e nosso Estado de Minas Gerais também contribui na Comissão Mista do Orçamento com outro relator setorial, que é o Deputado Carlos Melles. Esta Casa sempre contribui muito com o Congresso Nacional, que tem feito um forte debate sobre a agricultura familiar e para o agronegócio, deixando claro que tudo isso faz parte das riquezas nacionais e que existe espaço para a agricultura familiar e para o agronegócio, que não são excludentes, complementam-se dentro de um grande projeto de geração de trabalho, geração de riqueza e crescimento econômico com inclusão social.

Tínhamos outro item de estrangulamento histórico no Orçamento da União, que é o ressarcimento dos Municípios e dos Estados no que diz respeito às exportações. É bom lembrar que esta política de ter zero de impostos sobre a exportação é muito importante. O Brasil está hoje exportando mais de US\$150.000.000.000,00 por ano, fruto dessa política. Precisamos ter um olhar muito forte sobre a forma de enfrentar essas questões. O Orçamento de 2008 traz R\$3.900.000.000,00 para iniciar esse debate, e com isso está vindo uma reforma tributária, para que possamos dar uma maior tranquilidade ao pacto federativo no que diz respeito a esses itens que, historicamente, foram objeto de estrangulamento.

Quero adiantar que essas audiências públicas são muito importantes para nós, porque recebemos aqui um conjunto de informações e um olhar mais preciso sobre as questões do Estado e da região. Normalmente nós, que estamos em outra região, nem sempre estamos atentos para essa demanda. Por isso pedimos, encarecidamente, a quem tiver contribuição que a apresente aqui ou a encaminhe por meio do sistema, para que a Comissão Mista de Orçamento receba e possa analisar.

Todas as propostas apresentadas serão encaminhadas aos Deputados e Deputadas, aos Senadores e Senadoras daquele Estado, às comissões permanentes que tenham identidade com o tema, a todos os membros da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, particularmente aos nossos bravos relatores setoriais, que são 10, e ao coordenador do processo, que é o relator-geral da União.

Finalizando, estas experiências que hoje estamos fazendo caminham no sentido de se construir uma democracia participativa. A democracia representativa tem um papel importante, mas as demandas atuais da sociedade brasileira nos exigem e nos cobram que caminhemos para uma democracia participativa, em que os entes do pacto federativo, os Municípios, os Estados, a União e os três Poderes da União - o Legislativo, o Executivo e o Judiciário - tenham uma identidade maior com a comunidade, com a sociedade e com os seus anseios.

Por isso, Presidente José Maranhão, parabeno-o pela forma como tem conduzido as audiências públicas da Comissão Mista de Orçamento. Queremos chegar ao dia 18/12/2007 votando o orçamento no Plenário do Congresso Nacional, para que comecemos 2008 aplicando a verba de R\$1.280.000.000,00 para as rodovias de Minas Gerais, aplicando os recursos do conhecimento e os recursos orçamentários, para que amanhã possamos ter certeza de que a execução orçamentária não será mais apenas a parte vinculada do montante de receitas de R\$682.000.000.000,00. O percentual de 91% é vinculado; nem o Presidente da República, o Congresso Nacional nem o Poder Judiciário podem mexer nele. Isso é determinação constitucional. Essa vinculação é exatamente o repasse do Fundo de Participação dos Municípios, do Fundo de Participação dos Estados, o custeio de pessoal, o pagamento de previdência, ou seja, as chamadas obrigações vinculadas.

O Congresso Nacional, o Poder Judiciário e o Presidente da República - o Poder Executivo - trabalham 9% do Orçamento da União. Esses 9% é que temos atrás da sua execução. Se abrirem a execução orçamentária, 67% da parte obrigatória estão sendo executados religiosamente, como determina a Constituição brasileira, sem atraso de nem um centavo. O pagamento dos 9%, que chamamos de despesas discricionárias, por conta das recomendações do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público, da Controladoria-Geral da União e da atuação do Congresso Nacional, é feito sob medição, para não haver mais a situação em que o repasse prévio do dinheiro é feito e, em seguida, a empresa que ganhou a licitação se apropria dos recursos e não executa a obra.

Como sabem, normalmente, o primeiro semestre é destinado à elaboração do projeto executivo e à solicitação, e, de julho em diante, a empresa começa a executar a obra. São feitos a medição e o pagamento. Por isso a porcentagem da execução dos 9% é muito inferior aos 67% dos 91%, que são transferências obrigatórias.

Estarei à disposição dos presentes para ouvi-los e colher sugestões. Tudo o que for registrado será transcrito em seguida, para que o Congresso Nacional possa trabalhar. Boa tarde. É uma grande alegria estar, mais uma vez, na nossa Minas Gerais.

O Sr. Coordenador dos trabalhos - Em continuação, com a palavra, o Deputado Federal Miguel Corrêa Jr.

Palavras do Deputado Federal Miguel Corrêa Jr.

Boa tarde a todos. Cumprimento o Senador José Maranhão, Presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional; os Deputados Federais José Pimentel, meu querido amigo, professor e relator do orçamento; Cláudio Vignatti, companheiro e querido amigo; Rafael Guerra e Gilmar Machado, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional; a Deputada Federal Jô Moraes; os Deputados Federais Odair Cunha, companheiro e amigo, e Fábio Ramalho; o Deputado Estadual Carlin Moura, aqui representando a Assembléia; e a Deputada Federal Maria do Carmo, nossa jovem e querida amiga. V. Exa. ficou um pouco brava com a referência de um outro orador, mas aqui represento, com o Odair, esta sua juventude toda, que, com certeza, não deixará de ter.

Sr. Presidente, farei poucos comentários, pois foram muito bem feitas as explanações dos relatores do orçamento e do PPA. Quero, no entanto, ressaltar alguns pontos no âmbito da política econômica, o que reafirma essa proposta nova que o governo inaugura.

Para começar, cito o "slogan" do PPA, que trata a questão como desenvolvimento com inclusão social e educação de qualidade. Essa tem sido a lógica dos últimos investimentos do governo federal e de toda a linha de crescimento econômico que se pretende ter dentro do País.

Podemos resgatar um pouco isso com um resultado explicitado pela PNAD, do IBGE, que mostrou claramente o poder da transferência de renda e como isso transforma a realidade social brasileira, com a diminuição da desigualdade social. Ressalto diversos programas e pontos que foram importantíssimos para esse avanço.

Destaco, primeiramente, como houve um aumento do poder de compra do salário mínimo. Estamos falando do valor real e dessa crescente que alcançará, até 2010, mais de R\$500,00.

Um outro aspecto diz respeito ao Bolsa-Família. Há algum tempo, ele foi criticado. Hoje percebemos o poder da transferência de renda, os compromissos reafirmados pela família junto a seus membros e a possibilidade de emancipação dessa população, que transforma, de verdade, a realidade que antigamente existia para as pessoas na linha da pobreza, cujo número era infinitamente superior ao de hoje. Esse número chegava a 30%; hoje, em 2007, é de aproximadamente 19%.

De 2007 para cá, há uma nova era desses investimentos, qual seja, a garantia da sustentabilidade econômica. Há continuidade e manutenção da transferência de renda para investimentos públicos. Nunca houve um montante tão relevante de recursos públicos sendo investido não só para garantir a sustentabilidade do crescimento econômico, mas também para manter os programas que vêm dando certo. É o que defendemos como política de verdade para uma população que até então vivia à margem e excluída.

Esses investimentos de infra-estrutura, que aqui foram bem destacados, incluindo estradas, hidrovias, rodovias e hidrelétricas, vêm reafirmar a sustentação deste círculo virtuoso que é manter um crescimento econômico que seja sustentável, mas que também não avance a patamares que irão trazer conseqüências, inclusive, ao nosso meio ambiente - e hoje já enfrentamos alguma dificuldade. Se tivermos esse cuidado da sustentação com clareza, com certeza, inverteremos essa situação.

Encerro este breve comentário, Sr. Presidente, dizendo que três grandes programas têm tido um papel fundamental neste governo federal. Neste ano, lançamos o Programa de Desenvolvimento da Educação, que engloba diversos programas junto ao Fundeb e que trata principalmente da inclusão e da manutenção das turmas na escola.

De ponta, temos o ProUni, que hoje já traz a possibilidade de 300 mil novas vagas para as pessoas que até então não tinham essa alternativa de estudo público e governamental, deixando uma margem de crescimento para alcançar patamares ainda maiores até 2010.

Encerro falando do programa ProJovem. Numa leitura um pouco mais razoável, pode parecer um programa de simples investimento na educação e na requalificação, mas é um dos maiores programas de segurança pública que o governo já lançou. Ele procura resgatar a juventude, busca sustentar a sua formação acadêmica, qualificando para o ensino fundamental; trabalha a formação profissional e dá a garantia de acesso à ação social, com o compromisso de participação social nos projetos da comunidade, resgatando ali a sua cultura e a qualidade do investimento, além de garantir uma bolsa de estudos de R\$100,00 para que esse jovem se mantenha no programa, no período em que estiver estudando, com uma frequência de 75%.

Encerro, citando o "slogan" do PPA: "Desenvolvimento sim, mas com inclusão social e educação de qualidade".

Essa é a rota, a diretriz do governo federal. Não há nenhuma política de transferência de renda maior que o crescimento econômico, com taxa de juros baixa, com sustentação pelos investimentos realizados pela União, com redução do custeio da máquina. Tudo isso garantirá sustentação, dando o retorno esperado pela sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, autoridades presentes e imprensa. Boa tarde a todos.

O Sr. Coordenador dos trabalhos - Com a palavra, o Deputado Federal Rafael Guerra, relator setorial da área de saúde.

Palavras do Deputado Federal Rafael Guerra

Boa tarde a todos. Queria cumprimentar o Senador José Maranhão, Presidente da Comissão Mista de Orçamento, pelo trabalho que vem fazendo e pela realização deste seminário. No ano passado, os seminários estaduais começaram com o Deputado Federal Gilmar Machado, que era Presidente da Comissão. Os seminários estaduais e regionais visam democratizar a discussão do orçamento e aumentar a participação das entidades e dos representantes de Estados e Municípios. O Senador José Maranhão atualmente vem conduzindo, com muita eficiência e equanimidade, nossa Comissão.

Quero cumprimentar o relator-geral do Orçamento, José Pimentel. Todos fizeram referência a meu nome. Eles me estão dando talvez muita responsabilidade. Sei que o relator setorial, de certa forma, faz uma triagem das reivindicações, das demandas e das necessidades, servindo um pouco de pára-raios para o relator-geral. Trabalharemos juntos, sem dúvida, e fiquei muito satisfeito ao saber que o relator já se prontificou a nos ajudar nessa relatoria setorial da saúde.

Cumprimento o Deputado Vignatti, relator do PPA. Temos feito um trabalho em conjunto dentro da Comissão. A primeira discussão a concluir será a do PPA, porque esse é fundamental. O Plano Plurianual tem de listar as ações principais e os programas para que, posteriormente, o Orçamento possa ser elaborado dentro das diretrizes do Plano Plurianual. É muito importante essa discussão. Um relatório preliminar já nos foi

apresentado, mas, democraticamente, ele está aberto às discussões e às emendas. Certamente esse relatório avançará muito, até com sugestões apresentadas em Minas Gerais.

Cumprimento, ainda, o Deputado Carlin Moura, que representa esta Assembléia, assim como o Deputado Federal Miguel Corrêa Jr., nosso companheiro, a Deputada Jô Moraes, o Fabinho, o Odair e os demais parlamentares, que aqui já estiveram, mas que precisaram ausentar-se.

Na verdade, vou falar pouco, pois penso que as atenções têm de se concentrar mais nas visitas ilustres e importantes, nos três principais convidados: o Presidente e os relatores. Aliás, não só as atenções devem ser concentradas neles, mas também as reivindicações. Nesse caso, é importante que eles escutem e sintam as necessidades, as demandas de Minas. A Comissão trouxe sua assessoria a fim de que receba os encaminhamentos da sociedade e leve propostas para analisarmos.

Vou falar um pouco sobre a saúde. O Vignatti, o Pimentel e o Senador José Maranhão muito já falaram a esse respeito, e o fizeram com muita propriedade. Muito já se falou também acerca da Emenda nº 29, cuja regulamentação é um pleito fundamental, pois garante o financiamento e, principalmente, orienta a União, os Estados e os Municípios a aplicarem corretamente os recursos nas ações e serviços de saúde. Os valores foram definidos quando ela foi aprovada, em 2000. A saúde sempre precisa de mais recursos, cujo aumento já pleiteamos. Entretanto, o mais importante é que os recursos não sejam utilizados em outros programas paralelos. Portanto, a regulamentação é fundamental para orientar a União, os Estados e os Municípios, bem como para orientar aqueles que vão promover a fiscalização: Câmara dos Vereadores, Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Saúde e Tribunal de Contas da União.

Afinal, que medida deveria ser tomada com quem não cumprisse corretamente as determinações? Até hoje, há sempre dúvida quanto a alguma demanda; há reclamações. A própria Frente Parlamentar de Saúde muitas vezes já se dirigiu ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público da União, mas, na verdade, há recomendações, e não decisões claras, já que a emenda não está regulamentada. Esse é ponto pacífico.

Quanto ao Estado de Minas Gerais, procurarei trabalhar no Orçamento, na relatoria setorial, com o objetivo de aperfeiçoar a saúde. Há dois problemas fundamentais, e o primeiro é a democratização do acesso. A população tem enorme dificuldade de acesso ao serviço de saúde, o que ocorre tanto nas Capitais quanto nas cidades pequenas. Portanto, em todos os locais há dificuldade de acesso a esse serviço. Sabemos que há filas para se conseguir uma cirurgia de otorrinolaringologia ou cardíaca. Há pouco tempo, uma paciente que estava na fila há seis meses faleceu. Então, as dificuldades de acesso são grandes. Precisamos trabalhar para democratizar esse serviço.

Temos de lembrar que muito já se fez, principalmente no que se refere à atenção básica, com o Programa de Saúde da Família - PSF -, que deve ser uma das portas de entrada do SUS. Quer dizer, o paciente que não está demandando o atendimento de urgência deverá entrar no sistema de saúde pelo PSF. A partir daí, ele poderá ir ao especialista, ao hospital, a uma policlínica especializada para fazer exames mais complexos. No entanto, a porta de entrada eletiva é a do PSF.

A urgência é outro grande ponto de estrangulamento. Esse é mais grave e naturalmente traz reflexos muito maiores para a população, já que ou o atendimento de urgência é feito ou o paciente terá uma seqüela grave ou morrerá. Então, muito já se fez quanto à democratização do acesso ao serviço de urgência, à organização. O próprio Samu representou um grande avanço no que se refere ao atendimento pré-hospitalar, mas a retaguarda hospitalar do Samu é deficiente. Socorre-se a pessoa. O acidentado, na urgência, é socorrido a tempo, mas a retaguarda hospitalar não corresponde. A democratização do acesso é um ponto.

O segundo ponto, que naturalmente reflete nisso tudo, e depende da Emenda nº 29, é a correção das tabelas do SUS, especialmente em algumas áreas onde está mais estrangulada. Recentemente, tivemos o anúncio - não vi a tabela porque foi nesta semana - do reajuste importante, por exemplo, para o CTI. Todo o mundo sabe, no País, das dificuldades da terapia intensiva. Em Fortaleza, em Alagoas, na Paraíba, em Minas Gerais e em todo o Brasil há crise.

Esse reajuste anunciado chega a 60%, ainda insuficiente, mas é um fôlego que é dado. O reajuste das tabelas é fundamental. No mínimo, deve haver uma correção das tabelas do SUS igual à correção do orçamento da saúde, que é pela variação nominal do PIB, de modo que as pessoas saibam que em um ano o PIB cresceu, houve inflação e, se a variação nominal do PIB é de 9%, então a tabela do SUS também deve aumentar em 9%. Pelo menos se tem um plano para o futuro. Já conversei a respeito disso com o Deputado Vignatti porque o PPA, que é para quatro anos, pode dar essa sinalização positiva para o setor.

A regionalização é outro passo fundamental. Para democratizar o acesso, precisamos descentralizar, como já foi dito aqui pelos oradores que me antecederam. A descentralização precisa da regionalização. Um País que tem mais de 6 mil Municípios não tem como construir 6 mil sistemas de saúde independentes. Deve haver integração, parceria e regionalização. Em Minas desenvolvemos muito os consórcios intermunicipais de saúde, que reúnem Municípios de uma mesma microrregião. É uma proposta. Agora está sendo desenvolvido o Pró-Hosp, que também é uma proposta de regionalização. Esse é também um outro ponto importante.

Concluindo, às vezes as pessoas acham que a área da saúde reclama e chora muito, tem má gestão e ineficiência. Pode até ter isso tudo, mas hoje no Brasil o que temos para fazer promoção da saúde, prevenção e recuperação, assistência e reabilitação, vacina, endemias, hanseníase, dengue, malária, CTI, transplante é apenas US\$0,70 "per capita" por dia, somando-se os três níveis de governo. Os recursos da saúde são muito pequenos.

O SUS é uma proposta ambiciosa. Universal, gratuito, integral e com equidade. Para cumprir esse preceito constitucional, temos apenas US\$0,70, que é pouco, mas precisamos lutar para trabalhar para conseguir mais. Não vou querer constranger e passar do que manda a Constituição no Orçamento. Não utilizarei essa minha posição para fazer mais do que é o direito. Não podemos prejudicar os outros setores do País. Temos de olhar a educação, a segurança e as estradas. Não constrangerei ultrapassando os meus limites. Como não vou, como relator, deixar de atender o meu Estado, mas não deixarei de atender os demais Estados, porque o meu compromisso é de relator do Orçamento nacional.

Vou procurar trabalhar como o Pimentel, o Senador José Maranhão e o Vignatti, ou seja, trabalhar em benefício do Estado de Minas e do País, de uma forma suprapartidária ou apartidária. Temos de trabalhar em benefício do País.

Mais uma vez, cumprimento o Senador José Maranhão, os membros da Comissão, meus colegas Deputados. Se me permite, Senador: o ano já está terminando, que no próximo ano tenhamos uma participação maior do que a deste ano. Muitas entidades da sociedade civil estão aqui, mas acho que poderíamos ter tido maior presença de Prefeitos e autoridades. Acho que Minas, nesta data de hoje, deixou escapar uma oportunidade que não deveria ter deixado. No ano que vem, certamente, vamos trabalhar com mais eficiência para que a representatividade da sociedade possa colocar as necessidades de Minas. Muito obrigado.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Coordenador dos debates (Deputado Cláudio Vignatti) - Neste instante, daremos início à fase de debates. A Presidência informa ao

Plenário que os participantes deverão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer a sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

Debates

O Sr. Coordenador dos debates - Com a palavra, o Cel. Hermes Antônio, Diretor de Apoio Logístico do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais.

O Cel. Hermes Antônio - Sr. Presidente, senhores membros da Mesa, Srs. Deputados, gostaria, em nome do Comandante do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, de cumprimentar a Comissão Mista do Orçamento pela iniciativa, agradecer ao Deputado Gilmar Machado o convite que nos fez, dando-nos oportunidade de apresentar nossa proposta. O Corpo de Bombeiros Militar de Minas está presente em 45 Municípios do Estado. Temos tido, nos últimos quatro anos, um aporte de recursos como nunca houve em nosso Estado, por parte do Governador Aécio Neves. Quando apresentamos a proposta que fazemos neste momento para a aquisição de plataformas aéreas e escadas mecânicas, entendíamos que, com o orçamento que temos no momento, não seria possível fazer essas aquisições sem comprometer outros setores da nossa corporação, que também precisam de aporte de recursos. Portanto, estamos apresentando à Comissão, Sr. Presidente, a solicitação de aquisição para o Estado de Minas Gerais de 17 escadas mecânicas e 6 plataformas aéreas. Esses equipamentos são empregados em ações e operações de combate a incêndio em edifícios, edificações verticais altas, mas principalmente no salvamento de vidas. Minas Gerais, com o aporte de recursos que tem até o momento, só possui dois desses equipamentos em funcionamento. O governo do Estado, recentemente, adquiriu uma plataforma aérea por R\$3.000.000,00. Essa plataforma está aqui na cidade de Belo Horizonte, no entanto outras cidades também precisam desses equipamentos. Na nossa proposta, estamos procurando contemplar 19 cidades do Estado de Minas com 17 escadas e 6 plataformas.

Gostaria de lembrar o acidente aéreo ocorrido em São Paulo, quando não foi possível salvar a vida das pessoas que estavam dentro do avião. Aquele acidente só não teve maior número de vítimas porque, conforme pôde ser visto pela TV, vários equipamentos desses a que estou me referindo foram levados ao local. Dezenas de pessoas foram retiradas do prédio com utilização de escadas mecânicas. Não havia outro meio de retirá-las de lá a não ser com esse equipamento. Portanto, essa é a nossa proposta, que está sendo encaminhada pelo Deputado Gilmar Machado. Na oportunidade, solicito o apoio dos demais parlamentares do Estado de Minas Gerais e também do Congresso Nacional. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador dos debates - Obrigado, Cel. Hermes. Sua proposta foi bem apadrinhada pelo Deputado Gilmar. Sabemos de sua articulação nesse processo todo, mas, certamente, sua proposta também será bem acolhida pela bancada mineira. Com a palavra, a Deputada Jô Moraes.

A Deputada Federal Jô Moraes - Boa-tarde a todos. É com muita saudade que ocupo esta tribuna. Deputado Vignatti, vejo aqui o nosso querido Padre João, representante do povo de Minas, presente em todas as discussões. Cumprimento a Comissão Mista do Orçamento.

Apesar da presença restrita de participantes aqui, aqueles que nos escutam, sobretudo nas regiões do Norte de Minas e do Jequitinhonha, onde a TV Assembléia é aberta, compreenderão, sem dúvida, o aspecto principal desta audiência pública. Como falamos aqui na Assembléia, "diz-me onde aplicas o meu dinheiro, e te direi a quem serves".

Sem dúvida alguma, transformar pedagogicamente os dados dá transparência ao Orçamento. O projeto de Brasil que estamos construindo é uma contribuição fundamental para a elevação da compreensão, da consciência do nosso povo e da possibilidade que ele tem de intervir nesse processo, cobrando, fiscalizando e participando.

Serei breve porque outras pessoas irão falar. O Senador José Maranhão citou os desafios do desenvolvimento mineiro. Temos um nível de desenvolvimento industrial razoável, mas nosso grau de desigualdade social é elevadíssimo, se compararmos Minas com outros Estados e levarmos em consideração o seu interior. Temos algumas prioridades. Sem dúvida, o PPAG e o projeto orçamentário já apontam para alguns aspectos sobre a infra-estrutura deste país. É muito importante vermos o volume de recursos que o governo federal está aplicando nas estradas mineiras.

O segundo aspecto é: como a nossa produção pode agregar valor? Produzimos matéria-prima, que vai escoando, como o café e o minério. Depois, compramos café solúvel, peças e equipamentos vindos de fora. Precisamos ter esse desafio.

Deputados da Comissão Mista, é importante que o povo mineiro saiba o que consta para Minas no projeto orçamentário deste ano: modernização e equipamentos da Refinaria Gabriel Passos, em Betim, R\$3.500.000,00; investimentos na Hidrelétrica de Furnas; a unidade de armazenamento em Uberlândia, que é muito importante; a terceira etapa de implantação do Projeto Jaíba. Devemos compreender como é importante que a população mineira conheça os investimentos que estão sendo previstos para este ano.

Gostaria de dizer que existem duas prioridades, uma delas é a parte de infra-estrutura dos investimentos. Tomando por base os investimentos em equipamentos hídricos, a grande maioria deles para o programa previsto é feita aqui no Estado, nas usinas hidrelétricas de Minas Gerais. Também é preciso agregar e compreender o quanto de recursos que o governo federal está trazendo para o nosso Estado.

Para enfrentar a desigualdade, em face dos problemas da capacitação tecnológica profissional - e vou fazer algumas emendas -, a comissão teria de compreender como podemos integrar ou aplicar um volume maior para essa capacitação. Os nossos operários, muitas vezes, têm dificuldade de acumular a não-especialização ou dificuldade de se incorporar na produção, exatamente por conta disso.

O segundo aspecto tem a ver com os pólos turísticos, aliás, estivemos, hoje, com a Secretária daqui, e Minas Gerais precisa de investimentos em várias regiões. Não há possibilidade de se obterem equipamentos industriais e investimentos maiores, e as dificuldades de transporte também se fazem presentes. Por isso considero que existem dois pólos, o pólo da qualificação profissional, que é fundamental, e o pólo de investimentos na área do turismo - a Estrada Real cria possibilidades para isso, assim como outros espaços, de várias outras regiões, inclusive na região do Jequitinhonha, onde, apesar de imperar a miséria, que é muito grande, existem as cooperativas de mulheres que produzem artesanato e que podem ser estimuladas.

Para não mais me estender, gostaria de cumprimentar a Comissão Mista e dizer que é muito importante o seu trabalho, não apenas pelo resultado da agregação, mas também pela compreensão, neste momento, da população de Minas sobre as possibilidades de realização de um desenvolvimento com inclusão social e educação de qualidade. Obrigada.

O Sr. Coordenador dos debates - Peço desculpas ao Deputado Federal Odair Cunha, por não lhe ter passado a palavra, já que era o primeiro orador inscrito. Com a palavra, o Deputado Federal Odair Cunha.

O Deputado Federal Odair Cunha - Não há problema nenhum nisso, até porque tive a oportunidade de ouvir a Deputada Jô Moraes, com muita

alegria. Gostaria de saudá-lo e também os outros membros da Mesa. Serei breve, até porque tenho um outro compromisso na minha cidade de Boa Esperança, às 20 horas, e daqui até lá são, pelo menos, umas três horas de carro.

Fundamentalmente, gostaria de fazer dois comentários e duas sugestões, que julgo importantes. O primeiro comentário diz respeito ao fato de que precisamos reconhecer o avanço dos investimentos do governo federal na infra-estrutura rodoviária no nosso Estado. Até que esse gigante se movimentasse bem - com o governo do Presidente Lula, agora, nesse quesito, tem-se movimentado bem -, sofreremos muito com a qualidade das rodovias federais do Estado. Todas as rodovias federais do Estado têm algum tipo de intervenção: do ponto de vista de recuperação, de manutenção ou de construção de trecho novo. É fundamental que, durante todo o governo, esses investimentos continuem sendo executados.

Em segundo lugar, ilustre relator, Deputado José Pimentel, pessoa que admiro muito, existe uma questão central para o nosso Estado, em relação à qual gostaria de chamar a atenção de V. Exa. Em Minas, existem 853 Municípios, e, quando se pensa em políticas públicas, por exemplo, é bom lembrar que assistimos agora, nesta semana, a recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social serem destinados para regiões metropolitanas.

Não é possível questionar esse critério. Agora, os recursos foram destinados para Municípios de 50 mil a 150 mil habitantes, precisamente para habitação de interesse social e urbanização de áreas de assentamentos precários. A grande parte dos Municípios de Minas Gerais não estão contemplados. Posso dizer que grande parte da população do Estado está contemplada, mas não dos Municípios, porque temos muitos Municípios pequenos, com população abaixo de 50 mil habitantes. Então é preciso que o Orçamento compreenda essa realidade no nosso Estado, com saneamento e habitação de interesse social também para Municípios com menos de 50 mil habitantes. Essa é uma preocupação que tenho.

Quero registrar também que há uma grande mobilização na região de Passos para a construção do hospital do câncer - não um hospital novo, mas uma unidade da Santa Casa de Misericórdia de Passos. Isso é fundamental, porque a sociedade, não só daquele Município mas de toda a região do entorno de Passos, tem essa preocupação, porque os tratamentos de radioterapia e quimioterapia são muito sofridos e muitas vezes têm de ser feitos no Estado de São Paulo. Então é fundamental que a União aporte também um volume de recursos para a construção desse processo.

Por último, quero dizer que estamos em um processo - isso estava comigo e, como Deputado, é evidente, vou apresentar uma emenda nesse sentido, mas é fundamental que tenhamos consciência disso - de revitalização de todo o Lago de Furnas. Todos os Municípios do Lago de Furnas receberam recursos do governo federal para fazer o plano diretor e, agora, o projeto de saneamento do lago. Assim, quero pedir o apoio do Deputado Vignatti, especialmente no PPA, para que, até 2011, todos os Municípios do Lago de Furnas, ao menos os do lado mineiro da bacia do Rio Grande, tenham 100% de esgoto tratados. Já conseguimos recursos para o projeto; agora, precisamos de mais ou menos R\$400.000.000,00, para que aí, sim, o Lago de Furnas inteiro possa ter todo o seu potencial aproveitado, seja para o turismo, para a irrigação ou para a geração de energia elétrica.

O Sr. Coordenador dos debates - Na incumbência de coordenar a Mesa no lugar do Senador José Maranhão, quero dizer que vamos intercalar as falas de parlamentares com as da sociedade. Mas, como há aqui uma extensa lista de inscrição da sociedade e queremos que todos falem, lembrando que precisamos encerrar esta reunião necessariamente às 18 horas, tendo em vista o horário dos nossos vãos - marcados pela demanda de trabalho que temos nos dias que se seguirão -, peço a todos que controlem as suas falas. Com a palavra, a próxima inscrita, Tereza Guimarães Paes, da Fundação Benjamin Guimarães - Hospital da Baleia -, a quem peço brevidade na fala.

A Sra. Tereza Guimarães Paes - Boa-tarde, Sr. Deputado Federal Cláudio Vignatti, que preside a Mesa, na pessoa de quem cumprimento os demais parlamentares; demais presentes; o que me traz aqui são duas crenças. Em primeiro lugar, como cidadã, acredito na real participação democrática da sociedade na formulação, no planejamento e na execução do Orçamento.

Em segundo lugar, estou aqui representando a Fundação Benjamin Guimarães - Hospital da Baleia -, uma fundação absolutamente fiel e parceira do Estado e do Município no atendimento à saúde pública, com 90% dos seus serviços prestados ao Sistema Único de Saúde.

Se o critério para a inclusão no Orçamento da União são os resultados e a eficácia, estou certa de que o pleito do Hospital da Baleia será atendido. Somos uma instituição conhecida pela eficácia com que aplicamos nossos poucos recursos. Temos absoluta transparência e austeridade em nossa gestão. Nossas contas estão abertas. Temos um "site", que os senhores podem visitar e em que, transparentemente, temos relatadas todas as nossas atividades, contas, programas e projetos.

Nosso pleito aqui diz respeito à execução do Plano Arquitetônico Diretor. O estudo foi realizado com verbas do Pró-Hosp. Nosso hospital é estratégico no Estado, sendo que 40% de seu atendimento é voltado para o interior. Para os senhores terem idéia do volume do impacto social do trabalho que realizamos, afirmo que são cerca de 600 mil atendimentos de saúde por ano. No ano passado, atendemos 12 mil crianças.

Esse hospital, há 63 anos, vem trabalhando com muita eficiência e muita dificuldade, mas não gastarei nosso escasso tempo para falar do subfinanciamento do SUS. Portanto nosso pleito não é para custeio, mas para investimento. Nossas dificuldades são muito grandes, e qualquer aprimoramento, hoje, torna-se impossível diante da escassez de recursos. Vamos fazer reformas nesses quatro anos, sendo que aquela referente às duas principais unidades produtivas do hospital terá um valor total de R\$16.000.000,00 - a divisão poderia ser de R\$4.000.000,00 por ano nesse período -, com ganhos muito importantes na correção de problemas de infra-estrutura de um prédio que foi construído há muito tempo.

Aí os senhores vêem algumas imagens que mostram o estado precário em que se encontram muitas das nossas unidades. Faremos o uso racional do nosso espaço na execução desse plano diretor, melhorando as condições de trabalho da equipe que, tão dedicadamente, vem prestando assistência à população carente que não pode pagar por um plano de saúde. Pretendemos, nessa execução, a racionalização desse espaço. Este é o exemplo de uma área reformada com recursos do Estado, antes e depois das obras.

Queremos continuar dando um atendimento digno ao paciente, mas precisamos de apoio. É essencial para nós a realização dessas obras. A saúde foi aqui mencionada por alguns dos presentes, entre eles o Deputado Sampaio, e sabemos como sua situação anda triste em nosso país. Neste momento em que a classe política está sofrendo um descrédito, gostaríamos que os parlamentares, membros das comissões, pudessem dar uma prova do real papel de representação das demandas da sociedade, atendendo ao nosso pleito, pois o grande beneficiário será o povo mineiro, que precisa dessas instalações e, principalmente, dessa instituição para continuar tendo sua saúde atendida - e bem atendida - em um hospital de alta complexidade, que realiza um trabalho enaltecido por todos. Muito obrigada e boa tarde.

O Sr. Coordenador dos debates - Se puderem disponibilizar essa apresentação, iremos entregá-la ao relator setorial, Deputado Federal Rafael Guerra, que é dessa terra, para cuidar disso, e também ao relator do Orçamento, que nos ajudará, com certeza, nessa questão. Com a palavra, para sua intervenção, o Deputado Gilmar Machado, ex-Presidente da comissão, que hoje está em casa.

O Deputado Federal Gilmar Machado - Muito obrigado, Sr. Presidente e nobres relatores. Quero, em primeiro lugar, agradecer a oportunidade e à direção da Assembléia Legislativa. Peço ao Deputado Carlin Moura que leve meu abraço a todos os Deputados Estaduais. Para mim é uma

alegria voltar a esta Casa, que foi minha escola. Quero saudar os servidores desta Casa, que têm sido tão eficientes e que me ajudaram, Pimentel, desde o pessoal da taquigrafia e da comunicação até o pessoal da consultoria. São realmente pessoas maravilhosas - você deve ter visto o carinho com que sempre nos recebem aqui, mesmo já estando em Brasília há algum tempo. Sempre que venho aqui me sinto em casa. Agradeço o apoio dos servidores, que, com certeza, lhe entregarão toda a sistematização do que foi apresentado, de forma correta e rápida - isso é muito bom.

Cumprimento a melhoria que tem sido feita no trabalho que foi iniciado, de abertura. Como Vice-Líder do Governo, aqui representando a Senadora Roseana Sarney, digo que queremos dar a nossa contribuição. O Presidente Lula criou, em fevereiro, um grupo de trabalho para a implantação do Orçamento Participativo da União. Hoje já temos o esboço. Esses seminários têm ajudado para que o governo, no ano que vem, introduza, de vez, o Orçamento Participativo da União. Esse é um esforço para fazer com que a população entenda que o Orçamento não é aquela caixa-preta que ninguém entende. O Orçamento nada mais é que o imposto que as pessoas pagam. Assim, elas têm o direito de acompanhar sua execução e definir suas prioridades. Em Minas, continuaremos trabalhando.

Deputados José Pimentel e Cláudio Vignatti, como já dizia o poeta mineiro, Minas são várias. Em Minas temos uma síntese de regiões. A minha região, o Triângulo Mineiro, tem um grande desenvolvimento, mas há a região do Vale do Jequitinhonha, que precisa de mais investimentos. Precisamos, realmente, equilibrar isso, e V. Exa. tem essa preocupação. V. Exa. é um nordestino que sabe da importância de enfrentarmos o problema das desigualdades regionais. Em Minas Gerais, vivemos esse problema. Há algumas regiões que precisam ter um tratamento diferenciado na hora da divisão.

Por isso queria aqui tratar desta questão, da desigualdade e do desequilíbrio regionais que precisamos enfrentar. Estive na região do Leste de Minas, que precisa de um grande desenvolvimento. Em Mutum, há um grande movimento pelo Cefet, pela escola técnica. Lá eles sabem que não é possível uma universidade, mas que um centro tecnológico ajudaria, e muito. Eles têm feito uma grande mobilização, e vamos trabalhar nesse sentido. Trata-se de uma região que precisa passar por um novo processo de desenvolvimento.

Entendemos também que a agricultura familiar é, para nós, fundamental, principalmente no Norte e no Vale do Jequitinhonha, onde é preciso implementar essas questões. O governo Lula tem feito grandes investimentos. O que há de duplicação de rodovias no Triângulo Mineiro é extraordinário. Se Deus quiser, no final do ano que vem, vamos poder sair de Brasília e chegar a São Paulo por pista dupla. O Presidente Lula conseguirá realizar a obra. Esse é um trabalho que está sendo feito. Esse é o PAC que muita gente não está vendo, mas, se for lá, verá o que está acontecendo.

Precisamos agora fazer esse novo equilíbrio. É necessário que se continue a investir no Triângulo, mas também é preciso ter esse equilíbrio. O Jequitinhonha e o Norte de Minas vão precisar muito de grandes investimentos. Não trabalho muito na região do Norte de Minas, mas entendo ser fundamental que ele receba maior parte do investimento que outras regiões, como, por exemplo, a minha, o Triângulo. Nosso espírito tem de ser o de trabalhar na democratização e, principalmente, enfrentar as desigualdades regionais deste país.

V. Exa., que é do Nordeste, sabe muito bem o que estou apresentando. Minas é uma síntese; aqui vivemos um pouquinho de tudo. Quero dar a minha contribuição nesse processo para enfrentarmos os desequilíbrios que vivemos neste país e no nosso Estado. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador dos debates - Deputado Gilmar, com seu conhecimento acumulado e com uma síntese de conhecimento do Brasil pelo trabalho que já fez na Presidência da Comissão, V. Exa. poderá ajudar-nos muito. Mesmo não sendo membro da Comissão neste ano, como conhece a resolução, já se preservou para ser membro no ano que vem. Cabe ao PT presidir novamente a Comissão no ano que vem, e, quem sabe, pode ser um bom nome sugerido - humilde como sempre e bom mineiro como é. Dizem que tem de haver rodízio. Está correto.

Há várias pessoas relacionadas. Farei uma consulta rápida às entidades, para ver quem, de fato, falará. Quem for se manifestar levante o braço: Eduardo Dumont, da Conab; Conceição da Costa; Aída Lúcia Ferrari; Rogério, Robson, Cleyce da Silva, Paulo Romano, Danilo, Armindo dos Santos, Maria Rodrigues, Fátima Rodrigues, Marizete, Zenilda, Carlos, José Fernandes Pacheco. Essas são as pessoas inscritas. Se alguém que está contemplado quiser desistir, não tem problema. Com a palavra, Eduardo Dumont, representante da Conab, nossa poderosa Conab nacional. Pedimos que seja breve.

O Sr. Eduardo Dumont - Exmo. Presidente, Deputados, Deputadas, senhores e senhoras, colegas, companheiros, vimos a esta audiência pública solicitar que sejam destinados para o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, o PAA, recursos no montante de R\$1.200.000.000,00. Esse número apareceu na Conferência de Segurança Alimentar Nutricional realizada em Fortaleza, em que estiveram presentes o Presidente da República, Ministros e vários segmentos da sociedade que trabalham com agricultura familiar e segurança alimentar.

Justificamos essa solicitação tendo em vista a importância do PAA para o fortalecimento da agricultura familiar no Estado de Minas Gerais e no Brasil. É um programa que possibilita, numa ponta, geração de emprego e renda no campo e, na outra, melhoria alimentar e nutricional de populações em risco social. Conseqüentemente, estamos assistindo à permanência de agricultores e agricultoras no campo. Trata-se de um programa de alto desenvolvimento, pois os benefícios e a renda ficam nos próprios Municípios.

Sr. Presidente, além da solicitação desta audiência pública, gostaríamos de relatar a situação bastante crítica que vivemos hoje em relação à falta de recursos para o programa. Como é um programa estruturante, vem em número crescente. Para citar como exemplo, Minas Gerais, em 2004, aplicou R\$3.000.000,00; em 2005, R\$9.000.000,00; em 2006, R\$27.000.000,00. Cada vez que chegamos a um Município, a expectativa aumenta. Por quê? É como no efeito-dominó, as pessoas vêem a importância do programa, e, imediatamente, os Municípios ao redor e a outra comunidade se incorporam. Dessa forma, todos se organizaram. Hoje, neste exato momento, em todo o Brasil, a Conab está precisando de R\$199.000.000,00, entretanto está sendo destinada a última parcela para operarmos com o programa, no valor de R\$44.000.000,00. Isso é para todo o Brasil.

Só Minas Gerais tem uma demanda de R\$46.000.000,00 em carteira. São projetos a que a Conab já deu entrada, homologou e está esperando recurso. Por trás disso está o agricultor que já pegou o Pronaf, as famílias que estão precisando do alimento. Uma comunidade que antes, muitas vezes, alimentava-se apenas de um engrossado de fubá - nada contra o engrossado de fubá -, hoje passa a consumir proteínas, verduras, frutas e não quer voltar atrás. Assim, gostaríamos de enfatizar a necessidade de reforçarmos os recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, com destino à Conab. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador dos debates - Temos que terminar a reunião às 18 horas e tentaremos dar a palavra aos inscritos, limitando o tempo a 2 minutos, para todos poderem falar. É uma maneira democrática e rápida, pois esse é o tempo permitido. Com a palavra, a Sra. Conceição Maria do Carmo.

A Sra. Conceição Maria do Carmo - Boa-tarde a todos e a todas. Sou da Comissão Regional de Segurança Alimentar, Vertentes I. Precisamos garantir o recurso para a agricultura familiar no Orçamento. Os parlamentares não falaram em agricultura familiar. Em Minas Gerais a maioria das pessoas trabalha com isso, e o Programa de Aquisição de Alimentos é importantíssimo para nós. Venho de uma realidade em que tínhamos 20 produtores no projeto, e hoje são 600. Com o programa, estamos alimentando mais de 20 mil pessoas na região de Barbacena. Pedimos especial atenção ao PAA. Muitos parlamentares nem ficam atentos a essa sigla, mas precisamos do dinheiro para a agricultura familiar, de verdade.

O Sr. Coordenador dos debates - Com a palavra, a Sra. Aída Lúcia Ferrari, representando o Ministério da Cultura Regional de Belo Horizonte.

A Sra. Aída Lúcia Ferrari - Boa-tarde a todos os presentes. Em nome do Gilberto Gil, Ministro da Cultura, que se encontra em viagem de trabalho nos Estados Unidos, quero agradecer ao Senador José Maranhão e aos demais membros da Comissão do Plano Plurianual o convite para a participação neste seminário regional.

Pedimos atenção especial às propostas orçamentárias da cultura, tendo em vista a dimensão simbólica, social e econômica que a cultura assume, hoje, em nosso país, como um papel estratégico, no sentido de um País socialmente mais justo e de afirmação soberana no mundo. Torna-se imprescindível que União, Estados e Municípios tenham uma dotação orçamentária compatível com o programa de atuação da cultura em nosso país.

O PAC Social, Eixo Cultura, a ser lançado em Brasília no próximo dia 4, só poderá ser realmente executado diante da aprovação das propostas de emendas orçamentárias solicitadas. O Ministro Gilberto Gil tem visitado pessoalmente as comissões do Congresso Nacional, para apresentar suas propostas. É isso. Obrigada pela atenção.

O Sr. Coordenador dos debates - Com a palavra, a Sra. Maria Christina Rodrigues, da Câmara de Vereadores.

A Sra. Maria Christina Rodrigues - Boa-tarde a todos os heróis que estão resistindo até esta hora. Estou representando a Vereadora Ana Paschoal, que mora, há 30 anos, num dos locais de Belo Horizonte onde as dificuldades, em todos os sentidos, são gritantes: a região Nordeste da cidade, Vetor Norte. Ao preencher os campos, nossa solicitação ficou difícil, porque ela se refere à saúde, à educação, à assistência, ao transporte e à habitação.

Necessitamos de uma ponte numa região da MG-20 que atende a uma comunidade que precisa desse acesso. São aproximadamente 100 mil pessoas por dia utilizando essa ponte, que, no interior de Minas, chamamos de pinguela. Por ali passam pessoas que têm acesso ao trabalho, à saúde, à educação e à cultura. Nossa solicitação é em torno de R\$15.000.000,00. Muito obrigada.

O Sr. Coordenador dos debates - Muito obrigado. Com a palavra, a Sra. Marizete Amaral Leão, da Associação Comunitária Habitacional 5 de Janeiro, da região Leste de Belo Horizonte.

A Sra. Marizete Amaral Leão - Cumprimento a Mesa e as pessoas no Plenário. Na verdade, tenho mais de uma sugestão de emendas. A primeira diz respeito a recursos para saneamento básico e habitação em aglomerações com maior número de mulheres chefes de famílias, com filhos menores, em Belo Horizonte e Região Metropolitana, segundo dados do IBGE. O objetivo é melhorar a qualidade de vida e saúde dos moradores de periferia da nossa região.

Uma outra emenda seria a destinação de recursos para saúde e educação e para capacitação de servidores públicos nas três esferas de governo nas questões de gênero. Muito obrigada.

O Sr. Coordenador dos debates - Parabéns pela objetividade. Com a palavra, o Sr. José Fernandes Pacheco.

O Sr. José Fernandes Pacheco - Lerei a fim de ser mais objetivo: "Em 1984, a redemocratização do Brasil fez surgir na sociedade uma efervescência de movimentos sociais: sindicalistas, igreja progressista, partidos de esquerda que voltaram à legalidade, etc. Diante disso, um grupo de professores com o perfil parecido ao do meu amigo Gilmar Machado perceberam que era necessário criar um centro de documentação para registrar aquele momento.

Com o passar do tempo, novas frentes de lutas foram surgindo, e o Cedefes não teve como parar porque novos desafios foram-se impondo.

O Cedefes agrega antropólogos, sociólogos, historiadores, geógrafos, agrônomos, engenheiro agrícola e um casal de arqueólogos, bem como profissionais de comunicação e de biblioteconomia. Não é difícil imaginar que, nesses 22 anos, acumulou-se um acervo volumoso e muito precioso.

Acontece que a maior parte desse material, especialmente a luta da terra e o material etnográfico da população indígena e quilombola, está em papel.

Começamos a digitalizar esse material, mas faltou dinheiro. O nosso pleito é por recursos para digitalizar o acervo etnográfico do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva, acervo cuja preciosidade é reconhecido, aliás, pelas universidades que recorrem a nós para suas pesquisas". Muito obrigado.

O Sr. Coordenador dos debates - Muito obrigado. Quero dizer que tudo isso, como é do conhecimento de vocês, está sendo anotado, compondo as notas taquigráficas. Estará disponível pelo "site" da Comissão Mista do Orçamento, bem como pelo da Assembléia Legislativa do Estado. Com a palavra, a Sra. Fátima Rodrigues, representante do Seppir.

A Sra. Fátima Rodrigues - Boa-tarde a todos. Cumprimento a Mesa. Em nome da Ministra Matilde Ribeiro, a Seppir vem aqui apresentar o apoio a emendas parlamentares de bancada e de comissão, que relataremos a seguir.

A emenda de bancada é o apoio a iniciativas para a promoção da igualdade racial. As emendas de comissão que estamos apresentando são: fomento ao desenvolvimento local para comunidades remanescentes de quilombos; apoio a conselhos e a organismos governamentais de promoção da igualdade racial; fomento à qualificação de afro-descendentes em cidadania, gestão pública e para o trabalho.

Quero ressaltar que o orçamento da Seppir é um dos mais baixos e que, no próximo ano, teremos diversas atividades em que há muitas demandas. No próximo ano, comemoraremos os 120 anos da abolição da escravatura. Teremos também a implementação do plano nacional da igualdade racial e a II Conferência da Igualdade Racial. Estamos acompanhando a implementação da Lei nº 10.639 e temos muita demanda de apoio à sociedade civil.

Em razão do baixo orçamento da Seppir e dessa grande demanda, principalmente para o próximo ano, venho pedir apoio a esta Casa e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O Sr. Coordenador dos debates - Há 442 comunidades quilombolas com indenizações e reassentamentos no Brasil previstos no PPA para os próximos quatro anos.

Com a palavra, a Sra. Kátia, da Uninegro, que, com certeza, tratará do assunto na mesma organização.

A Sra. Kátia Valéria dos Santos Silva - Gostaria de cumprimentar os componentes da Mesa, a Deputada Federal Jô Moraes, o Deputado Estadual Carlin Moura, assim como toda a plenária, que continua firme e forte aqui. Gostaria de continuar o assunto porque tenho uma emenda a apresentar sobre a destinação de recursos para capacitação e qualificação de mulheres negras, de acordo com as demandas do mercado de trabalho. A justificativa é corrigir a grande desigualdade social de acordo com dados apresentados pelos institutos de pesquisa. Essa é a minha emenda e a minha justificativa. Obrigada.

O Sr. Coordenador dos debates - Quando combinamos o jogo de forma coletiva, todos podem falar.

Com a palavra, a Sra. Ivone Mendes, a quem solicito que nos informe o nome da sua entidade.

A Sra. Ivone Mendes - Sou do Movimento Popular da Mulher - MPM - e da União Brasileira de Mulheres - UBM. Cumprimento todos os presentes. Não poderia deixar de falar de algumas propostas e de uma moção. Uma delas é a prevenção e a atenção à violência contra a mulher, por meio da implantação do juizado de violência da mulher, uma vez que não se encaminha mais esse tipo de crime aos Juizados Especiais Criminais, que só resolvem pequenas causas e, portanto, só estabelecem pequenas penalidades. Assim, precisamos desse juizado no Brasil inteiro. Outra, a prevenção da morbidade e da mortalidade feminina, principalmente por causas preveníveis e evitáveis. Nem mencionarei o aborto, questão polêmica. Amanhã, 28 de setembro, todo o Brasil, a América Latina e o Caribe estarão em luta pela descriminalização e pela legalização do aborto, já que o índice é de um milhão de casos por ano, dos quais 20% vão a óbito.

Propomos também a proteção ao trabalho e à autonomia das mulheres, a universalidade da aposentadoria por idade, a reforma das estruturas políticas formais e a democratização dessas estruturas para a participação das mulheres, especialmente das pobres e das negras. A principal proposta é que o PPA seja voltado a questões relativas aos direitos. Até aqui, falou-se muito em rodovia, obras, saneamento. Que seja um espaço de participação social nos processos de elaboração, gestão e controle do próprio PPA, por parte da sociedade civil. Reconhecemos que as obras são necessárias e que o crescimento do País é importante, mas esse não pode ocorrer à custa das prioridades sociais.

O Sr. Coordenador dos debates - Com a palavra, o Sr. Paulo Romano, Secretário de Agricultura de Minas Gerais. Depois, o Deputado Padre João vai falar. Aliás, os dois Deputados Estaduais vão-se pronunciar e encerrar as atividades.

O Secretário Paulo Romano - É uma alegria estar aqui. Também já estive na Câmara dos Deputados entre 1990 e 1994. Fui colega do Deputado José Pimentel.

Uma das motivações foi a do nosso conterrâneo, Deputado Carlos Melles, que está no exterior e é relator da área da agricultura. Sem extrapolar os 2 minutos, quero dizer que, ele que foi Presidente da Epamig, que está em fase de franca recuperação, tem demanda nessa linha específica. Todavia, há duas outras áreas importantes. Na área de produção, há um conteúdo de sustentabilidade fantástico, e Minas está querendo liderar o processo: sistemas agrossilvopastoris. Trata-se da integração entre lavoura, pecuária e floresta, que tem a ver com a nossa realidade de recuperação ambiental de regiões extremamente degradadas, sobretudo na Zona da Mata, no Mucuri e no Rio Doce. Esses programas seriam desenvolvidos pela Emater.

O outro refere-se aos pequenos produtores, à linha da agricultura familiar: barracões de pequenos produtores para a comercialização de hortigranjeiros, embalagem no interior. Há um programa especial que se chama Minas Artesanal. Já está sendo negociada com os supermercados a instalação de pontos de venda dentro dos supermercados. Seria a garantia de infra-estrutura para democratizar o acesso do produtor artesanal, que poderá levar ao supermercado farinha, geléia etc. Esse programa já foi iniciado e está indo muito bem.

Finalmente, na área de saúde animal, que é uma questão muito séria, o IMA já vem desenvolvendo, junto ao Ministério da Agricultura, uma programação com vistas a ampliar sua capacidade, até para assumir aquilo que hoje compete à esfera federal. Essas negociações já foram iniciadas, mas é preciso terminar a infra-estrutura para assegurar a qualidade do trabalho.

No mais, quero agradecer a todos e manifestar minha alegria ao registrar a presença do meu ex-colega Pimentel. Obrigado.

O Sr. Coordenador dos debates - Saúdo o Paulo e, ao mesmo tempo, quero dizer que o Carlos Melles, conforme justificado, está no interior. Apesar de sermos de partidos diferentes - não é, Pimentel? -, temos boa convivência. Construímos, juntos, a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, de cuja Comissão Especial ele foi Presidente. Hoje, o Deputado José Pimentel é Presidente da Frente Parlamentar Nacional em Defesa da Micro e Pequena Empresa e da Implementação da Lei Geral. Então, Carlos Melles tem participado desse processo. Vamos trabalhar com ele para contemplar a agricultura familiar.

Sou membro da Frente Parlamentar da Agricultura Familiar do Estado, que, com certeza, tem um modelo fundiário com maior concentração da agricultura familiar do Brasil, que é Santa Catarina. Não dispomos de grande expansão agrícola, mas tudo ali é agricultura familiar. Há uma grande luta pelo fortalecimento do setor.

Agradeço a vocês. Entramos em um acordo, de modo que todos puderam falar. Conseguimos, então, fazer tudo conforme acordamos. Obrigado.

Com a palavra, para seu pronunciamento, o Deputado Padre João. Depois, passaremos a palavra ao Deputado Carlin, para falar em nome da Assembléia Legislativa.

O Deputado Padre João - Saúdo os companheiros Vignatti, Pimentel e Maranhão, o Deputado Carlin Moura e a colega da legislatura passada, Deputada Jô Moraes.

Rapidamente, reitero o apelo feito pelo Eduardo. O Gilmar Machado também ressaltou a questão da agricultura familiar, em relação à qual já avançamos, sobretudo no que se refere ao acesso a crédito. Todavia, só teremos êxito em uma política de apoio à agricultura familiar se avançarmos no PPA, conforme destacou Eduardo Dumont.

O PPA é o governo, por meio da Conab, comprando tudo o que a agricultura familiar produz e doando para as entidades. Com respeito aos programas de governo, é o melhor programa do governo Lula. Só para Minas Gerais, temos uma demanda para este ano de quase cinquenta milhões. O que foi disponibilizado até agora não ultrapassa os setenta milhões para o Brasil. A demanda é grande.

Retifico a página 7, quando se fala do PPA, parece-me que é 113-O. Fala-se em construção de viaduto rodoviário no Município de Vila Rica, na BR-040. Na verdade, é no Município de Congonhas, o viaduto é que se chama Vila Rica. Não conseguimos atender esses recursos no

Orçamento, embora isso esteja no PPA.

Companheiro Cláudio Vignatti, o meu susto é ver que, no PPA, na previsão da produção de energia, o Programa nº 296, só enxergamos energias termoeletrica, termonuclear, hidrelétrica, mas não enxergamos nada da agroenergia. Esse é o tema que está na pauta da ONU, mundialmente. É a produção de energia com a matriz energética renovável e com uma matriz de fato também limpa.

Não enxergamos aqui nenhuma ação de apoio à agroenergia. Como avançar? Tivemos hoje, na Casa, uma audiência pública que durou quase 4 horas para discutir apenas sobre a situação das microdestilarias no Estado de Minas Gerais. Já temos centenas de microdestilarias funcionando em Minas Gerais, embora não tenhamos lei federal. Temos lei estadual, como em São Paulo e em diversos Estados, de incentivo e de apoio às microdestilarias. Na legislatura passada, salvo engano, tivemos oito projetos na Câmara dos Deputados, mas todos foram engavetados, não sei por quê. Não conseguimos ver avanço na linha de agroenergia.

O nosso grande apelo, o nosso grito é para termos uma ação nessa linha de agroenergia. Parece-me que estamos na contramão da história e do momento. Só de Minas Gerais, camarada Jô Moraes, dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e do Norte de Minas, há 200 mil trabalhadores no Estado de São Paulo, neste momento. A safra está-se encerrando. É um escândalo em uma área de Minas Gerais. Mas, com as microdestilarias instaladas nessas áreas, evitaremos essa migração, garantindo renda. No que se refere às agroindústrias, devemos agregar valor ao que se produz, para que a pessoa, o agricultor familiar não seja um mero produtor de matéria-prima. Ao invés de ter um trabalho semi-escravo em outros Estados, ele poderá produzir uma energia de fato limpa, que respeita o meio ambiente e é de grande alcance social e econômico. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador dos trabalhos (Senador José Maranhão) - Todos aqueles que já foram nominados aqui, especialmente o relator José Pimentel e o nosso relator do PPA, que têm feito um trabalho extraordinário, tornaram acessíveis, nos debates que temos empreendido, às pessoas presentes todos os meandros do PPA do País para o Orçamento de 2008-2011. Posso dizer que somos muito gratos pela forma simpática com que fomos recebidos. Levo a certeza de que agora esta Comissão conhece melhor a realidade socioeconômica e política de Minas Gerais, do seu povo e das suas entidades representativas na sociedade. Muito obrigado a todos.

O Sr. Presidente (Deputado Carlin Moura) - A Assembléia Legislativa de Minas Gerais agradece as honrosas presenças do Senador José Maranhão, do Deputado Vignatti, do Deputado José Pimentel, da grande bancada federal de Minas Gerais, da Deputada Jô Moraes, da Deputada Maria do Carmo Lara, do Deputado Odair Cunha, do Deputado Miguel Corrêa Jr., do Deputado Gilmar Machado, Fabinho Ramalho, conhecido em nossa região como Fabinho Liderança, grande Deputado de Malacacheta; e agradece ainda a presença de Rafael Guerra, da Comissão de Saúde, e do Deputado Humberto Souto. Para nós, da Assembléia Legislativa, é motivo de grande prazer poder recebê-los. Queremos também agradecer, de forma especial, a presença do público e das lideranças comunitárias do nosso Estado, que tanto abrilhantaram esta audiência pública.

Devemos compreender que, se pudéssemos graduar a legislação, diria que a legislação orçamentária talvez fosse a mais importante. Por meio dela, definimos o rumo do dinheiro a ser aplicado. E a participação popular, por meio das audiências públicas, é de fundamental importância para que os investimentos saiam em sintonia com a população. Nesse sentido, as duas Comissões estão de parabéns.

Quero aproveitar a oportunidade para tecer alguns comentários. Como os convidados não lembraram da importância dos investimentos na área do esporte, quero lembrar o programa Minas Olímpica, da Secretaria de Esportes de Minas Gerais, do nosso colega Deputado Gustavo Corrêa. É fundamental que esse programa, por meio de equipamentos esportivos nas escolas públicas, esteja presente. É importante também a construção de centros regionais de esporte, ginásios desportivos, para que possamos dar oportunidade à nossa juventude de trilhar o caminho do esporte, da cultura e da educação, e não outros caminhos diferentes.

Quero salientar, dentro da visão do Presidente Lula de implementar o desenvolvimento com distribuição de renda e valorização da educação, a expansão do "campus" da UFMG, especialmente para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, principalmente nas duas cidades operárias de Betim e Contagem. Acreditamos que seria de fundamental importância que esse "campus" pudesse ser expandido, porque ali há uma população que tem a UFMG como grande referência. Da mesma forma, acreditamos importante a construção da Universidade Federal do Vale do Rio Doce, que hoje tem uma carência muito grande, precisando muito desses investimentos. Pensamos ser fundamentais essas emendas, principalmente a sugestão de cada um de vocês.

O parlamento brasileiro está de parabéns. Muito se divulga o lado ruim da notícia, mas pouco se divulga o lado bom. O lado bom do parlamento, o lado bom do Legislativo é muito maior que o lado ruim. A prova está no brilhante trabalho que Deputados e Senadores vêm desenvolvendo. Não é à toa que o Brasil hoje vive um momento muito positivo, por meio do nosso Presidente, da colaboração do nosso Congresso Nacional e da sociedade civil.

A todos que participaram o nosso muito obrigado. Em nome da Assembléia Legislativa, parabenizamos todos os presentes. Aguardamos a próxima visita do nosso Senador. Espero que seja breve.

ATA DA 61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 3/10/2007

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 261/2007; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.249/2007; discurso do Deputado Antônio Júlio; encerramento da discussão; chamada para recomposição do número regimental; inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Elisa Costa - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pindaça Ferreira - Rêmoló Aloise - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Ademir Lucas, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que faz retirar da pauta desta reunião o Projeto de Lei Complementar nº 27/2007, por não estarem preenchidos os pressupostos processuais para sua apreciação.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 261/2007, do Deputado Padre João, que dispõe sobre o estabelecimento de normas de segurança e mecanismos de fiscalização no uso das técnicas de engenharia genética e liberação no meio ambiente de organismos geneticamente modificados - OGM - no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 261/2007 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.249/2007, do Deputado Carlos Mosconi, que altera os arts. 2º e 3º da Lei Estadual nº 352, de 1949, que dispõem sobre doação de imóveis no Município de Pouso Alegre. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupamos a tribuna para discutir o Projeto de Lei nº 1.249/2007. Vou fazer um paralelo entre esse projeto que estamos votando com outros. Hoje tenho a consciência do equívoco que cometemos. Digo cometemos, porque também participei, quando delegamos ao governo do Estado o poder de legislar. Digo isso - e gostaria que o Deputado Dalmo Ribeiro Silva pudesse escutar o que vou falar - em razão das denúncias que chegam aos nossos gabinetes de abusos cometidos na edição de leis delegadas. Delegamos ao governo e a seus entes, Feam, Igam, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e outros órgãos, o poder de legislar em nome do Poder Legislativo. Tenho dito isso há muito tempo. Reclamo, quase diariamente, que, se dessa forma continuar, é preferível fecharmos o Poder Legislativo; que venhamos aqui apenas uma vez por mês para justificar a permanência da Assembléia. Todos sabem que o parlamento é a sustentação da democracia. Infelizmente, estamos vendo a ditadura da burocracia, a ditadura econômica que se implantou neste país e no Estado de Minas Gerais. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, sei que V. Exa. acompanhou aqueles empreendedores de São Tomé das Letras. Vendo hoje o relatório que encaminham aos órgãos do Estado de Minas Gerais, ficamos revoltados. Precisamos reagir. Está, nos documentos apresentados, que haveria um levante da população de São Tomé das Letras contra o governo do Estado, por causa de uma ação truculenta de um órgão criado por lei delegada. Isso ficou abafado, mas o povo está começando a se revoltar. Tenho dito isso aqui com muita clareza.

Convido todos os senhores para participar conosco de uma audiência pública na Comissão de Fiscalização Financeira. Vamos discutir o decreto da Feam e da Secretaria de Meio Ambiente que criou aquelas multas. Estamos sendo questionados e não estamos fazendo nada. Estou gritando e, às vezes, sendo ironizado por alguns companheiros, quando digo que a Polícia Ambiental está preocupada com aquele sitiante, aquele morador da zona rural, que vai pescar com uma varinha de bambu, pois não tem dinheiro para comprar outra.

A polícia vai até lá, amedronta e multa essas pessoas em R\$500,00. Estamos aqui passivamente, vendo as ações da polícia, Deputada Ana Maria Resende, no Norte de Minas, multando aquele sitiante que não tem água - apenas cisterna que também não possui água - em R\$5.000,00. Foi uma lei delegada. Temos responsabilidade de revê-la. Isso tem desgastado o Governador Aécio Neves. Tenho alertado as lideranças do governo sobre isso, porque não estão levando tais informações ao Governador. Esses fatos poderão trazer-lhe - e já estão trazendo - desgaste.

Talvez possamos fingir que nada está acontecendo. Hoje, a população da periferia do interior do Estado está indignada com essas ações. Tenho certeza de que o Governador não tem conhecimento delas. Solicito que vocês, das Secretarias de Governo, que a Andréa Neves - todos estão me ouvindo, porque somos monitorados - levem essas informações ao Governador, levem essas informações que chegaram de São Tomé das Letras fazendo indagações sobre as operações do CGFAI nesse Município, onde quase houve um levante da população contra a ação dos fiscais do meio ambiente e da Polícia Militar. Lá esteve o Gate, como se fosse uma operação de guerra, para fiscalizar a exploração mineral. Continuo fazendo essas indagações, mas estamos fingindo que nada está acontecendo. Estamos fingindo que está tudo bem, que o Governador é inatacável. Ele será atacado pela omissão de sua base na Assembléia Legislativa, pela omissão e pelo puxa-saquismo excessivo. Os problemas criados, principalmente pela Secretaria de Meio Ambiente, não chegam ao conhecimento do Governador. Tanto isso é verdade que hoje, por influência nossa, vamos discutir o decreto. Irão revê-lo, porque estamos levantando os problemas. Queremos a proteção do Governador. Diz um ditado do interior que "porco magro faz a água suja". Isso é verdade.

Hoje cheguei um pouco mais cedo e tive oportunidade de ler esse relatório. Gostaria que os Deputados perdessem 20 minutos e também o lessem. Se ouvirem o que estou dizendo, dirão que o Deputado Antônio Júlio faz oposição. Infelizmente, no atual Parlamento, não se pode mais ter posição; se demonstrarmos algum posicionamento, somos considerados Deputados de oposição, porque não podemos, em hipótese alguma, questionar nenhuma ação do governo. Devemos questionar a todo momento as ações do governo. Gostaria de alertar a base do governo: ao falar sobre as ações do governo, estou fazendo referências às ações do Estado. Ao falarmos sobre o governo, automaticamente atingiremos o Governador Aécio Neves, mas não é essa a intenção. Não queremos operações como a que houve no ano passado em São Tomé das Letras, aqui relatada por entidades representativas corretas e empresários corretos. Devemos divulgar isso para que o Secretário de Meio Ambiente, que tem tomado algumas medidas até corretas, não perca o controle do sistema ambiental de nosso Estado. Criaram o CGFAI por lei delegada.

Esse decreto que discutiremos hoje é totalmente inconstitucional, Deputado Sebastião Costa. Nunca vi na minha vida, em 20 anos de parlamento, sempre atuando na área tributária, um governo editando decretos para criar taxas, multas e impostos. A redução de ICMS também se transformou numa forma - que eles fazem por meio do regime especial na Secretaria de Fazenda - de modificar o sistema tributário. Por culpa nossa, também delegamos ao Secretário o poder de fazer isso.

E vários negócios estão sendo realizados por meio da Fiemg e da Secretaria de Fazenda. Nós, Deputados, vemos essa situação, e ficamos calados.

Em nome do Parlamento, faço isso, pois, nós, que enfrentamos a ditadura militar, estamos correndo para abraçar, mais uma vez, a ditadura. E o povo, principalmente essa imprensa, não sabe que a ditadura é a pior organização para um país. Com todas as suas mazelas, a democracia é o melhor regime. E o parlamento é a base desse regime importante. A própria imprensa não sabe que o Parlamento fez resistência para que pudéssemos ter a liberdade de expressão, mas, a cada dia, percebemos um preconceito contra o Parlamento e a classe política. Assim, não sabemos aonde chegaremos.

Todos sabem que qualquer ditadura no mundo, mesmo a capitalista, é feita por meio do dinheiro. Não se faz ditadura se não houver dinheiro. Em todos os escândalos que vemos nos países menores, onde o regime era a ditadura, quando prendem o 1º-Ministro ou o Presidente, chega-se à conclusão de que havia muito dinheiro depositado nos paraísos fiscais, conseguido pela exploração do povo sem informação.

Esse caso do CGFAI, de São Tomé das Letras, da revolta da população, merecia, por parte da imprensa, uma divulgação. Foi relatado que o Chefe de Gabinete da Semad pediu aos empresários e às lideranças do setor que não deixassem que a população se revoltasse contra a Polícia Militar e contra o governo do Estado e que realizasse um levante, pois tudo seria consertado. Tanta aberração foi aqui relatada por esse grupo de empresários!

Deputado Padre João, nós, que lutamos pela liberdade e pela responsabilidade - e todos falam sobre ética e moral -, percebemos que a situação toma um rumo perigoso. Digo a vocês do governo que me ouvem neste momento: vocês derrubarão o Governador Aécio Neves. Chega de "puxar saco". Temos de levar ao Governador os problemas, pois tenho a certeza absoluta de que, quando tomar conhecimento do que acontece no interior do Estado, o coitado do produtor rural, que está sendo multado por pescar no fundo da sua casa, em um córrego onde nem mesmo há peixe, e do levante em São Tomé das Letras ocorrido no ano passado, tomará providências, Deputada Ana Maria Resende. Já lhe encaminhei um problema como esse, mas lhe chegou totalmente desvirtuado.

Pretendendo acabar com as empresas de "outdoors" que utilizavam as faixas de domínio do nosso Estado e faturavam R\$40.000,00, o DER passou a cobrar R\$70.000,00 de taxa. Houve um levante pelas empresas, que queriam realizar uma campanha contra o Governador. Não permiti isso e pedi que me dessem 10 dias de prazo para ir ao Governador, já que a sua assessoria, tanto a Secretaria de Fazenda quanto a Secretaria do Governo, insistia, ou então, não queria enxergar o problema.

Quando lá cheguei, o Governador mostrou-me um recorte de jornal que havia interpretado de outra forma, pois a questão lhe foi levada em forma de fofoca. A coisa mais horrível que há no governo são as fofocas. Disse ao Governador que gostaria que verificasse o problema, e ele não gastou nem 2 minutos para tomar a decisão de cancelar as autuações do DER.

Esses casos e a discussão que travaremos hoje às 16 horas é uma forma de proteção ao Governador Aécio Neves, que pagará essa conta. Deixo um alerta e gostaria que todos participassem do debate.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)* - Primeiramente, quero parabenizá-lo, Deputado Antônio Júlio, pela coragem e determinação em abordar um tema tão importante - os acontecimentos que vêm ocorrendo em Minas Gerais, principalmente no que se refere a algumas ações no meio ambiente. Esse mesmo órgão, que é tão taxativo em relação a tantos segmentos, como V. Exa. mesmo acabou de relatar, às vezes fecha os olhos para coisas grandes. Há exatamente dez dias, os ribeirinhos de São Francisco de Pirapora até Manga estão proibidos de tomar a água do rio. Ele está com uma camada de uma espécie de algas, um lodo verde, com um cheiro terrível, talvez de agrotóxico, de veneno, de enxofre, não sei o que é. Fui atravessar o rio, em Manga, na semana passada, e não agüentei o cheiro. E não vi ninguém do meio ambiente de Minas Gerais pronunciar-se. Não vi nenhum jornal publicar isso.

Muita gente se diz ambientalista, mas tem muito "ambienteiro" no meio, que só quer entrar no sistema para aparecer. Os mesmos que aparecem tão bem na hora de protestar contra o governo na questão da transposição e da revitalização calam-se diante desse crime ecológico que está acontecendo com o Rio São Francisco. Basta ir a Pirapora ou a Manga para constatar o absurdo. As pessoas estão proibidas de tomar a água do São Francisco. A Defesa Civil do Estado divulgou nas rádios locais e à beira do rio um anúncio proibindo a população de beber a água. Há comunidades passando sede. Outras, como não possuem alternativa, estão bebendo essa água poluída do Rio São Francisco. O problema vem de Belo Horizonte, do Rio das Velhas. A água está com um mau cheiro terrível. Está acontecendo esse grande crime ambiental. A Copasa não faz nada. Os órgãos ambientais não se pronunciaram. Eu gostaria de aproveitar o seu pronunciamento para fazer essa denúncia, a fim de que alguma providência seja tomada em relação ao que está ocorrendo no Rio São Francisco neste exato momento.

O Deputado Antônio Júlio* - Obrigado, Deputado. Vou dizer mais a V. Exa.: essa questão não é só do São Francisco. O seu alerta foi importante, porque eles estão preocupados com o cara que está pescando mandi num corregozinho. Por isso, são R\$500,00 de multa. Isso está acontecendo nos Rios Pará e Paraopeba. Estive no Rio Pará esta semana. Quando se joga o anzol, imediatamente ele é tomado por essas algas que apareceram no leito do rio. E realmente ninguém toma providência. Aproveito este pronunciamento para chamar a atenção do José Carlos, Secretário de Meio Ambiente, a fim de que mande alguém verificar o que está acontecendo nos nossos rios. Estou citando três: o São Francisco, o Pará e o Paraopeba, que são os rios que freqüentamos.

A Deputada Ana Maria Resende (em aparte)* - Caro Deputado Antônio Júlio, faço minhas as suas palavras no tocante à Secretaria de Meio Ambiente estar sendo o mago dos anéis aqui, em Minas Gerais. As decisões afetas à zona rural estão sendo tomadas exclusivamente pela Meio Ambiente, desconsiderando-se completamente a Secretaria de Agricultura, que não é chamada para nada. O meio ambiente é vital, mas esquecem-se de que o homem que sobrevive dele é igualmente importante. Esta Casa é a responsável por tudo isso, porque damos brecha nas nossas legislações para que a Secretaria de Meio Ambiente legisle em nosso lugar. Queria convidar o senhor a fazermos uma revisão de toda essa legislação, para verificar como poderemos atacar a questão de frente. Com relação ao Rio São Francisco, isso está acontecendo até na cidade de São Francisco. Mas a justiça tem de ser feita: a Secretaria de Meio Ambiente tomou providências, já está fazendo a segunda análise da água para detectar o que está causando contaminação de toda a água do nosso Rio São Francisco. Muito obrigada. O senhor está de parabéns. Pode contar comigo na defesa não só do meio ambiente de forma lógica, mas também do produtor rural, sobretudo o pequeno. Muito obrigada.

O Deputado Antônio Júlio* - Obrigado, Deputada. Aproveitamos para fazer um convite a V. Exa. A Assembléia tem muitas atividades, e, às vezes, os Deputados não têm conhecimento de todas. Às 16 horas, teremos audiência pública para discutir esse decreto do Governador. Infelizmente, tenho de falar do Governador, que apenas assinou o decreto. Foi a Secretaria de Meio Ambiente que o elaborou. O Deputado disse claramente que o nosso sistema ambiental é feito para os médios e pequenos produtores, porque as grandes empresas, como a Vale do Rio Doce, a MBR, etc. - hoje a Vale do Rio Doce monopolizou o sistema de mineração no nosso Estado -, não recebem nenhuma fiscalização ou multa. Quando recebem, as multas são exorbitantes, justamente para que não sejam pagas. E as coisas vão acontecendo. Sr. Presidente,

Deputado Doutor Viana, infelizmente nesta semana recebi intimação da justiça para prestar testemunho em um caso ainda oriundo da CPI da Mina de Capão Xavier. Todos acham que a Mina de Capão Xavier foi aquela maravilha no sistema de licenciamento ambiental. Infelizmente, por pressão financeira e econômica, a medida de segurança implementada no nosso Estado, que suspendeu as ações da MBR na Mina de Capão Xavier, está no Supremo Tribunal engavetada, com parecer favorável pelo fim das atividades da Mina de Capão Xavier. A justiça e o Ministério Público têm agido. Aqueles funcionários que, por ordem de alguém, concederam o licenciamento totalmente equivocado - isso foi apurado na CPI -, agora estão sendo indiciados na justiça. Tinham de indiciar quem mandou fazer o processo de licenciamento da Mina de Capão Xavier. Mas não, ficam preocupados com o rapaz que está lá pescando no Córrego do Barro, no Norte de Minas, ficam preocupados em multar em R\$5.000,00 quem tem cisterna, mas não tem água. Isso é preocupante, e ninguém reclama. Essas pessoas não têm o poder de cobrar do governo uma ação contra eles, vão avolumando no IEF processos e mais processos que não dão em nada, só darão desgaste para o Governador Aécio Neves e para o Estado de Minas Gerais. Se o governo resolver levar em frente dada ação dessas, principalmente do sistema ambiental do nosso Estado, de R\$500,00, R\$600,00, para acertar esse processo, gastará R\$6.000,00, R\$7.000,00. Depois de ler esse relatório hoje pela manhã, voltei a ter política ideológica. Voltei ao tempo em que enfrentamos a ditadura, quando lutamos pela liberdade do nosso país. A cada dia, vemos, principalmente os homens da zona rural e as pessoas dos Municípios mais pobres, sofrendo esse golpe e essa fiscalização. É uma forma de amedrontar as pessoas mais simples. Isso parece com o que enfrentávamos na ditadura, quando éramos amedrontados de todas as formas. Quando éramos do movimento estudantil e fomos presos pelo Exército, ficamos 18 horas com duas metralhadoras: uma apontada para o pescoço e outra para o fígado, apenas para fazerem pressão psicológica. É essa tortura psicológica que a polícia ambiental está fazendo com a população do nosso Estado, principalmente com a população rural. Na minha cidade, um senhor de 72 anos teve um derrame porque não agüentou ser torturado psicologicamente pela polícia ambiental. E estamos vendo isso calados. Ou reagimos ou haverá um levante a qualquer momento. O povo está apático porque também estamos. Mas, numa hora aparecerá alguma liderança e enfrentará essa situação. Infelizmente, todas as lideranças foram abafadas nesse processo do governo do Estado, porque estão na mesma lógica. Uma hora alguém fará isso, assim como fizemos na época da ditadura. Todos tinham medo, mas alguns enfrentaram e sobreviveram. Vários sucumbiram, foram torturados e desistiram do processo. Digo que sou sobrevivente dessa ditadura porque a enfrentei com 14 anos, com 19 anos. Estudei, candidatei-me a Prefeito, ganhei a eleição e estou no quinto mandato com o mesmo posicionamento. Sou sobrevivente da ditadura que alguns amigos do Governador Aécio Neves tentaram impor, procurando derrotar-me nas eleições passadas. Sou sobrevivente de todo tipo de ditadura, inclusive da ditadura política. A carga em cima da minha candidatura foi muito pesada, e todos sabem. Não preciso reclamar, apenas me vanglorio de dizer que sobrevivi, mais uma vez, a uma ditadura.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Deputado Antônio Júlio, não vou entrar profundamente nessa questão ao cumprimentá-lo, porque sabemos da sua história política, do seu trabalho nesta Casa. Tive a honra de ter sido presidido por V. Exa. nesta Casa durante um período turbulento, mas, com muita firmeza, com cabeça erguida, soube superar. São raros os parlamentares que conseguem passar por momentos iguais àquele. Realmente, V. Exa. tem sobrevivido a muitas turbulências. Quero também apoiar V. Exa. no tocante à polícia florestal. A verdade é que Minas Gerais tem fama de ser um Estado que cuida do meio ambiente. Minas é exemplo na sua legislação, na sua ação, nos seus atos, mas existem casos que fogem ao controle de qualquer pessoa. Aqueles pessoas que vivem nos gabinetes, que não conhecem a realidade do que acontece lá fora são "experts" em fazer legislações futuristas que prejudicam a população, pegando pequenos detalhes e deixando coisas importantes passarem despercebidas. Acho que esses tecnocratas fazem vista grossa de propósito. Posso estar falando uma aberração, um absurdo, mas tudo nos leva a pensar nisso. Vou citar dois exemplos. Minas Gerais tem 14 áreas de preservação ambiental. Essas APAs são constituídas dentro dos gabinetes. Devem pegar o mapa de Minas, ver onde há área verde para criar a área ambiental. Dessas áreas, 11 ou 12 foram criadas no Norte de Minas, mas eles não dão suporte para que elas tenham recursos, para que tenham uma proteção efetiva. São deslocadas dessas áreas pessoas que moram há anos nelas, mas não tomam cuidado de preservá-las. Existe uma área em Itacambira, a famosa Serra das Esmeraldas, desde a época de Fernão Dias. Eles nunca foram lá ajudar o Prefeito e levar algum recurso. Nem sequer ela foi inserida no ICMS ecológico.

Essas áreas criadas no papel não foram regulamentadas. Isso ocorre com quase todas. Criaram uma área belíssima no Município de Manga só no papel. O traçado dela só existe no papel. Não há nada que a preserve, que a proteja. Estão fazendo isso em nossa região. Instituem a deliberação normativa baixando-a sobre a mata seca. Isso trouxe um prejuízo incalculável ao Norte de Minas, Antônio Júlio. Perdemos milhões de reais porque não se podia desmatar a área nem plantar. Elevaram a área de preservação ambiental de 20% para 80%. Brigamos muito contra isso. Estivemos com o Governador Aécio Neves e com o Vice-Governador expondo essa situação. Parece que agora baixaram esse percentual para 30% ou 40%, mas ainda não regulamentaram. Não faltam helicópteros para o IEF demarcar áreas, aplicar multas absurdas. O último fato ocorreu em uma empresa do Triângulo Mineiro, que possui uma sesmaria de monocultura de trigo com milhares de hectares plantados. Ela tinha de preservar 20% da área. Só que não havia mais nada para preservar. Então, eles foram a Bonito de Minas, Município a 50km de Januária, que tem uma área linda, no Vale do Peruaçu. Compraram 8.000ha, tiraram 72 famílias de pequenas propriedades. Cercaram essa área como compensação para o Triângulo Mineiro, porque lá não há mais o que preservar. Temos, em Bonito de Minas, uma batata quente nas mãos: essa área que compensa a destruição do Triângulo Mineiro. As 72 famílias tiradas de suas terras estão hoje nas periferias de Januária, Montes Claros e de São Francisco. A empresa não fez nada na área de preservação, mas estão querendo que a Cemig leve, por meio do Programa Luz para Todos, a energia de graça para a região de Bonito de Minas. Sobre a legislação de meio ambiente de Minas Gerais, direi em alto e bom som: é uma farsa. O que estão fazendo em Minas Gerais é uma farsa. Os tecnocratas, os "burrocratas" que fazem essas leis não conhecem as necessidades do Norte e do Vale do Jequitinhonha. Essa metade de cima de Minas, na direção da Bahia, é a única área do Estado, Antônio Júlio, que ainda tem o que preservar. Daqui para baixo, tudo já foi destruído. Estão fazendo essas leis, que são do jeito que está acontecendo lá. Propusemos um debate, pois é necessária uma revisão urgente da legislação florestal de Minas Gerais, dessa peça maravilhosa copiada por outros Estados, que traz prejuízos incalculáveis ao Norte de Minas, onde pessoas estão morrendo de fome, porque saíram de suas terras. Há 12 áreas de preservação ambiental no Norte, que não são assumidas pelos governos estadual e federal. Levamos isso ao conhecimento do Governador Aécio Neves. Pedimos que ele reveja essa situação. Travamos brigas homéricas no Copam, mostrando a necessidade de se fazer uma legislação realista, e não essa futurista, que só existe no papel, é virtual. A legislação ambiental de Minas é virtual, injusta e massacrante para os pequenos proprietários rurais. Ela privilegia os grandes proprietários e as grandes empresas que destruíram o Triângulo e o Sul de Minas. Agora querem compensar no Norte de Minas, expulsando o pequeno de casa. Chegam com dinheiro, pagam à vista. Aparentemente pode ser um bom negócio. No Triângulo Mineiro, um alqueire custa R\$150.000,00. No Norte de Minas, estão comprando o alqueire por R\$2.000,00. Com um alqueire lá, fazem a preservação de todo o Norte de Minas, atendendo à legislação. É necessário fazermos essa revisão, o que venho pedindo há vários meses, há vários anos. Estamos pagando uma conta ambiental que não é nossa. O Norte de Minas pode ser considerado o pulmão do Estado, mas é um estômago vazio. A injustiça está campeando em nossa região. Temos de fazer essa frente. Não queremos legislação diferente. Por que a preservação em todas as regiões do Estado de Minas Gerais é 20%, e lá querem implantar 80%? São duas leis? São dois pesos e duas medidas? Isso não pode acontecer. Quem quer preservar tem de preservar em sua área. Se querem plantar no Triângulo, onde a terra é cara, que se faça a reserva legal dos 20% lá no Triângulo Mineiro, e não que venham comprar terra barata, a preço de banana - nem de banana, que hoje já está até com um precinho bom -, no Norte de Minas, para preservar, para compensar o que destruíram no Sul de Minas e no Triângulo. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Júlio* - Para complementar, Deputado Carlos Pimenta, não sei se V. Exa. tem conhecimento de que a compensação ambiental das grandes empresas tem sido feito por meio de TACs. No IEF também tem TAC. E sabe como é o TAC lá? "Você me dá 6 carros; você me dá 12 computadores, seis GPS, seis mais não sei o quê, e com isso fica isento de fazer a compensação". É isso o que está acontecendo. Felizmente, o Deputado Lafayette de Andrada, um dos mais competentes que conheço, principalmente da família Andrada - por isso a família Andrada vai mandar mais 500 anos -, fez a denúncia, porque a renovação é sempre fantástica. Foi ele que fez essa denúncia, que trouxe os documentos que apresentamos à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e serão um dos temas da discussão hoje à tarde, às 4 horas. Solicito a V. Exa., que tem discutido essa questão do Norte de Minas, que vá lá discutir esse decreto. Não sei se V. Exa. sabia que essa compensação está sendo feita por meio de TAC. E sabe o que você tem de dar para o IEF? Veículos, computadores, móveis. Sabiam disso? O Deputado Lafayette de Andrada tem os documentos, que podem ser apresentados para todos os Deputados. Falamos isso em uma reunião que tivemos há uns 15 dias. O pessoal do IEF nos pediu para manear, que eles iriam modificar, porque está havendo um mal-entendido. Mas isso aconteceu. Não estamos inventando, não estamos fazendo denúncia sem prova, sem documento.

A Deputada Elisa Costa (em aparte)* - Agradeço ao Deputado Antônio Júlio, a quem parabeno pelo tema que está abordando. De fato, o meio ambiente é o tema do planeta. Minas Gerais, considerada a caixa d'água do Brasil, tem de se preocupar com o aperfeiçoamento das leis,

especialmente no que concerne ao cuidado com nossas regiões. Sou de uma região que o senhor conhece bem, o Vale do Rio Doce. Em 30 anos, toda a mata atlântica nativa foi devastada por descuidados, não somente pela legislação, como também pela fiscalização. Primeiramente foi a mica, depois, a madeira. Por essa razão, de fato, temos de ter uma legislação do presente, que atenda e acompanhe essas devastações, mas que preserve e garanta as nascentes, ou seja, que tenhamos revitalização das nossas bacias, mas que também tenhamos cuidado com os pequenos agricultores; que a fiscalização seja eficiente, mas não traga prejuízo. Entendo que, em Minas Gerais, três ou quatro temas chamam-nos a atenção relativamente à questão ambiental. É um Estado de forte mineração, o que traz sérios problemas ambientais. É um Estado em que o agronegócio está crescendo, o que também demanda cuidados do ponto de vista de reflorestamento e de plantio de cana, ou seja, em relação ao meio ambiente. Temos também um conjunto enorme de propostas e projetos de hidrelétricas e de pequenas hidrelétricas - PCHs - para produção de energia. Tudo isso causa impacto ao meio ambiente. Da mesma forma, temos uma agricultura familiar forte, e o pequeno agricultor caminha para a preservação. Há também a agropecuária, que é forte no nosso Estado. São cinco temas importantes para o equilíbrio ambiental. Por essa razão, Minas deve fazer um debate permanente sobre a sua legislação, sua fiscalização, do ponto de vista dos técnicos, do Estado, do governo federal, para que tenhamos um meio ambiente saudável, que contribua para o crescimento sustentável e o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. Os técnicos, o governo, o Ibama, o IEF, o Copam e os demais órgãos devem atentar-se para esses acontecimentos, devem participar dos debates, assim como as ONGs ambientalistas, para atingirmos o equilíbrio desse sistema.

Deixo aqui minha insatisfação. Nós, juntamente com vários Deputados da Assembléia, constituímos a Cipe-Rio Doce: somos cinco Deputados em defesa da Bacia do Rio Doce. Também defendemos a Bacia do Mucuri e do Jequitinhonha. Mas especialmente na Bacia do Rio Doce, temos um projeto que se chama Rio Doce Limpo, visando trabalhar o esgotamento sanitário dos nossos rios, de seus afluentes e do próprio Rio Doce. Discutimos e aprovamos, no ano passado, recursos da ordem de R\$4.000.000,00, que estão no Orçamento previsto para este ano, para contribuir com os Municípios na elaboração de projetos de ETE, a fim de promover o saneamento dos nossos rios, principalmente do Rio Doce. Para nossa surpresa, esse recurso, que a princípio estava alocado na Secretaria de Desenvolvimento Urbano - Sedru -, está sendo deslocado para outros investimentos, até mesmo para a Copasa. E essa proposta, com mais de 25 Municípios listados para a obtenção dos projetos, encontra-se marginalizada, fora desse debate. Tivemos um encontro com o Secretário Dilzon Melo, juntamente com o Deputado José Henrique, dele cobrando uma atitude. E ele nos disse que o máximo que conseguiu foram recursos no valor de R\$600.000,00, para fazer o diagnóstico desses 25 Municípios. Na verdade, grande parte desses Municípios já têm um estudo mais avançado para essa realização. Quero cobrar da Copasa, da Secretaria de Meio Ambiente, da Sedru e do governo do Estado esse compromisso já assumido e definido no Orçamento. E vejam que essa proposta foi discutida num grupo técnico com representantes de todos os órgãos do governo de Minas Gerais. Deixo aqui a nossa insatisfação em relação a esse tema. E parte desse recurso, em que pese às demais bacias de Minas, como, por exemplo, a do São Francisco, está sendo destinada ao referido rio, que já dispõe de um projeto muito avançado de revitalização. E todos os recursos do Fhidro, da ordem de aproximadamente R\$60.000.000,00, são destinados à recuperação da Bacia Hidrográfica do São Francisco, que defendemos com a mesma ênfase. Mas também não podemos deixar de olhar para as demais bacias hidrográficas de Minas Gerais, como a do Rio Mucuri, a do Rio Jequitinhonha e principalmente a do Rio Doce, que é um rio federal, estratégico para Minas Gerais, pois une Minas ao Espírito Santo, necessitando do compromisso do governo mineiro e do governo federal.

Parabenizo o Deputado Antônio Júlio por suas palavras, embora tenhamos alguma divergência na condução deste debate. Minas Gerais deve ter como prioridade o equilíbrio sustentável de seu crescimento econômico, seu desenvolvimento social, mas considerando a importância ambiental que representa para o planeta. Concordo com V. Exa. no tocante à fiscalização. Deve ser uma fiscalização que não faça diferença de tratamento entre os pequenos e os médios produtores - os garimpeiros também são considerados pequenos agricultores -; uma fiscalização que preserve o meio ambiente, mas que respeite o pequeno agricultor, a sua pequena propriedade, o compromisso com a produção agrícola deste país, e que, efetivamente, leve em consideração o meio ambiente. Aliás, isso é fundamental para o pequeno agricultor: manter a sua propriedade, garantir as suas nascentes e produzir alimentos. Sem água não há produção de alimentos. Muito obrigada.

O Deputado Antônio Júlio* - Discuto a questão da fiscalização absurda. Sou a favor do meio ambiente. Fui um dos que ajudaram na condução do processo da nossa lei ambiental florestal, bastante discutida. Mas houve vários equívocos. E continuamos a tê-los, por nossa culpa mesmo.

O governo elabora leis delegadas, e, por um curto período, houve o CGFAI, órgão gestor da fiscalização conjunta, que não está funcionando. Cada órgão continua a fazer como quer, inclusive editando TACs, como o IEF. Isso é absurdo. Se tivéssemos condição, tínhamos de criar uma CPI. TAC para fazer compensação ambiental?

Como disse o Deputado Carlos Pimenta, por que a compensação ambiental não pode ser feita em propriedades do Sul de Minas ou do Triângulo Mineiro, mas no Jequitinhonha, no Norte de Minas, empobrecendo ainda mais aquela população? Compensação tem de ser feita na propriedade que usa o seu espaço para o agronegócio. Utilizam terras produtivas para poderem usufruir de terras menos produtivas do Norte de Minas, aumentando ainda mais a pobreza, ou seja, vendem pobreza ao capitalismo.

Isso tem de ser revisto. Temos de ter área de preservação, legislação forte e educação. Graças a Deus, a população está bastante consciente disso. Quem ainda não está consciente são os ricos, os capitalistas, os empresários do agronegócio, que apenas vêem o negócio, como ganhar dinheiro, esquecendo-se do meio ambiente. Mas as classes média e baixa estão conscientes da necessidade de preservação. O Secretário me disse que o grande problema é o nosso sistema ambiental ser urbanista, feito por pessoas que moram em centros urbanos.

Deputada Elisa, digo isso com muita tranquilidade, porque ando muito e só discuto quando vejo as coisas. Discuti sobre o CGFAI em São Tomé das Letras, depois de ter recebido essa documentação, que também foi encaminhada ao Governador, que nem chegou a recebê-la. Aliás, ele nem teria tempo de ler tudo. Reconheço isso e não o questiono.

A educação é tão importante quanto a fiscalização. O povo está consciente, os estudantes estão conscientes. Quando pesco, já não vejo mais sacos de lixo jogados na beira do córrego, porque começamos a difundir que é preciso levar o lixo para a cidade. Se vocês forem ao nosso rancho, verão escrito: "Leve o lixo para a cidade ou um depósito". Então, essa consciência existe.

O que estamos discutindo é a forma de fiscalização. Sou a favor do meio ambiente, luto, não faço demagogia, como a maioria. Faço a minha parte. Assim, sirvo de exemplo para as pessoas que estão ao meu lado.

O meio ambiente não é respeitado pelo capitalismo selvagem, pelos grandes empresários. Essas pessoas pregam a proteção ao meio ambiente dizendo que fazem isso e farão aquilo, mas, na verdade, não fazem e não são cobrados. Quando cobrados, fazem um TAC, dão seis carros, e o problema morreu. Será que seis carros são mais importantes que a preservação ambiental?

Convido os senhores para uma grande discussão, às 4 horas, que acontecerá com o objetivo de melhorar o relacionamento entre fiscalização, governo do Estado e população.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte)* - Deputado Antônio Júlio, quero agradecer-lhe o aparte, cumprimentá-lo por abordar tema tão importante e me unir a V. Exa. na preocupação com o meio ambiente, o que, sem dúvida, é de todos nós. E não apenas na preocupação, mas na atitude, como V. Exa. disse. Temos de ter essa compreensão, diria até a humildade de entender isso, embora a legislação seja fruto de uma profusão de leis elaboradas ao longo das últimas décadas. Em alguns aspectos, isso foi extremamente positivo.

Criou-se um cipoal de leis, como se tem dito ultimamente. Em algumas situações, ao invés de preservar o meio ambiente, a legislação o

prejudica, faz com que o sujeito tenha que fugir dos órgãos oficiais. Isso acaba por prejudicar ainda mais a natureza e o ser humano. Será possível que vamos compreender a natureza como algo de que o ser humano não faz parte? Ela tem toda sua maravilha, sua beleza, mas, com certeza, precisamos compreendê-la, preservá-la e, como seres humanos, usufruir de forma sustentável todos os bens naturais que existem a nossa volta. Defendemos essa forma de convivência sustentável.

V. Exa. sabe do absurdo de que tratarei a seguir. Temos uma lei que diz ser absolutamente proibido, sob pena de prisão, cortar qualquer pé de pequi. Num primeiro momento, podem dizer que isso é bom, pois o pequi é uma espécie exótica, natural do cerrado mineiro e pode acabar sem a lei. Não é bem assim. O Deputado Getúlio Neiva, homem do Norte de Minas, conhece bem o assunto. Hoje, é possível clonar um pé de pequi e fazer quantos milhões desejar. Dominam-se todos os conhecimentos para se saber a respeito das demandas da planta e desenvolvê-la. Esse não é o problema.

O terrível dessa lei é que, se hoje tivermos uma empresa como a Fiat, que tem capital externo - não temos xenofobia nem dificuldade de compreender que vivemos num mundo globalizado -, uma empresa grande, querendo instalar-se em qualquer cidade mineira, não poderá, caso haja um pé de pequi. Qualquer grande empresa que pretenda instalar-se, pode ser num cerrado bravo, pode ser num lugar sem nascente, se houver um pé de pequi e for preciso cortá-lo, ninguém, nem o Governador Aécio Neves ou nenhum Deputado, arrumará um jeitinho, a não ser o de infringir a lei, o de cometer o crime. Talvez, o crime tenha sido fazer a lei dessa maneira.

Não estou fazendo responsabilizando quem elaborou a lei, pois havia outra visão naquele momento. Mas os tempos mudaram, então cabe a nós modificar a legislação.

A visão é equivocada. Há informações seguras de que, ao verem nascer um pé de pequi, produtores rurais ou sítiantes tratam de arrancá-lo, porque sabem que, se não o fizerem, terão uma dor de cabeça insuportável posteriormente.

Ontem, ao debater o assunto, um empresário nos contou o seguinte: ele recebeu uma proposta de compra da sua fazenda. O interessado estava encantado com sua propriedade, localizada numa região próxima ao Norte de Minas; viu que as terras eram férteis, adequadas a sua intenção de fazer uma bela plantação de soja. O negócio foi fechado. Quando se aproximou o dia de passar a escritura, o comprador recuou alegando que, ao verificar as terras, constatou a presença de muitos pés de pequi na propriedade, sendo impossível fazer uma lavoura de soja irrigada nessa situação.

Empregos e riqueza poderiam ser gerados se os pés de pequi fossem retirados e plantados em locais mais apropriados, mas a lei não permite. Desde a legislatura passada, tento mudar essa lei.

Não para dizer que todo mundo pode sair por aí arrancando pé de pequi. Não. Digo que, para você retirar um pé de pequi, você deve ter autorização prévia do órgão ambiental, com medidas compensatórias determinadas por ele. Se o órgão ambiental entender que, para cada pé de pequi, você deve plantar 100 e será responsável por eles até que se desenvolvam, essa é uma medida compensatória. Agora é inaceitável o que temos hoje.

Em São Sebastião do Oeste, Município ao lado de Divinópolis - e V. Exa. o conhece -, nosso amigo, conhecido empresário e ex-Prefeito de São Sebastião do Oeste, Otaviano, comprou um terreno para retirar um abatedouro de frangos que está dentro do Município de Divinópolis. Esse abatedouro gerava problemas ambientais porque estava em uma área pequena e não havia como construir uma estação de tratamento nela. O abatedouro estava condenado pelo Ministério Público e pela fiscalização ambiental, com multas e prazos para ser fechado. Otaviano, então, comprou um terreno em São Sebastião do Oeste e fez o projeto. Quando o IEF foi fazer a vistoria, encontrou lá meia dúzia de pés de pequi. Deputado Antônio Júlio, ele teve de desistir do projeto do abatedouro - o que resolveria um grave problema ambiental -, porque não há salvação para isso: pé de pequi não pode arrancar. Mas, poderia ter havido uma medida compensatória: esses pés de pequi serem transplantados para outro lugar. Mas, não pôde, eram intocáveis. Isso é uma ignorância inaceitável. Em vez de ajudarem a preservar o pequizeiro, estão ajudando a destruí-lo, porque, quem vir um pé de pequi nascer, vai logo arrancá-lo, pois, do contrário, virará dor de cabeça.

Então, lembro esse exemplo para concordar com V. Exa. de que, primeiro, temos de preservar o meio ambiente. Ninguém discute nem condena isso, e compreendi bem o que disse V. Exa. Mas temos de ser racionais, e é justamente com esse propósito que apresentei uma sugestão acolhida pelo Presidente. Estaremos reunidos à tarde, a fim de definir dias, horários, locais e programação de um seminário que será realizado na Assembléia Legislativa, para tratar de licenciamento ambiental e desenvolvimento sustentável. O licenciamento é importante, mas torna-se um pesadelo para alguns empreendedores. É preciso racionalizar e desburocratizar sem destruir a natureza nem o ser humano, devido à loucura que se tornam todos esses procedimentos. Muito obrigado, Deputado.

O Deputado Antônio Júlio* - Obrigado, Deputado. Esta é a discussão que queremos fazer, e é isso, Deputado Domingos Sávio, que gostaria que as pessoas que me ouvem lá na Secretaria de governo levassem para o Governador Aécio Neves, mas não na forma de fofoca. Não estamos aqui apenas criticando, mas abordando os sérios problemas até para preservar a imagem do Governador, como escrevem aqui essas entidades que denunciam essa ação do CGFAI, Congat e con-não-sei-mais-o-que, na região de São Tomé das Letras. Devemos evitar esse desgaste gratuito. Às vezes, os órgãos ambientais fazem com que o Governador pague a conta, e sei que a conta não é dele. Infelizmente, quando você faz o discurso criticando, você tem de falar que é do Governador, porque é ele quem assina, mas a responsabilidade é dos Secretários. Isso que mencionamos aqui são problemas sérios que ocorrem, no Estado de Minas Gerais. O Estado está parado e não se desenvolve como está na propaganda do governo, porque não conseguimos avançar.

O Deputado Domingos Sávio foi muito claro e disse que qualquer pé de pequi serve para você segurar ou impedir qualquer investimento. Vejo na minha cidade, Pará de Minas, que uma empresa grande comprou um terreno para fazer uma grande investimento e, nele, havia um pé de jabuticaba. Há um ano e meio, tentam uma autorização para cortar o pé de jabuticaba, sendo que não conseguiram e desistiram do investimento. Ontem, telefonou-me um Prefeito amigo que pediu-me que olhasse na Feam o licenciamento de uma área do seu irmão, no Norte de Minas. Fomos à Feam, e, há um ano, está lá toda a documentação exigida. Nem olharam os papéis.

Então, queremos discutir isso, que o governo e o Estado tenham realmente instrumentos legais e técnicos capacitados para fazer essa fiscalização e esses levantamentos. Deputado Presidente Doutor Viana, acontece que, em alguns casos, como o de São Tomé das Letras, os técnicos entre aspas que lá foram, em nome da Feam e do Copam, não são pessoas habilitadas para aquele tipo de atividade.

Todos estão dando palpites sem ter conhecimento técnico e sem estudos elaborados por geólogos e por engenheiros de Minas. Às vezes são pessoas formadas e com boas intenções, mas sem preparo. Deputado Zé Maia, o representante de uma empresa disse ao técnico que a fiscalizou que tinha toda a documentação, que fez o estudo geológico, que nele continha o impacto ambiental, mas o técnico disse que o impacto visual era muito pesado e multou a empresa em R\$30.000,00. Tudo que o empresário fez não valeu à pena, ele perdeu tempo. Até o impacto visual é importante. O empresário tem que fazer coisas bonitas. Dizem que as nossas estradas são cheias de curva, porque antigamente os arquitetos achavam que assim ficariam bonitas. Essa é a justificativa. Então, o visual também faz parte dos critérios para que a empresa seja multada.

O Deputado Zé Maia (em aparte)* - Cumprimento o Deputado Antônio Júlio pelo seu discurso, que sempre traz posicionamentos corretos para esta Assembléia Legislativa. Temos que fazer justiça, porque há bons técnicos e boas pessoas no comando do meio ambiente no governo de

Minas. Mas quero fazer coro com suas palavras quando tratamos do desenvolvimento. Faço um apelo: há muitas pessoas e entidades - não as quero nominar para não criar polêmicas - que travam e dificultam o desenvolvimento. Quero dizer a essas pessoas que atrás de um empreendimento há sempre oportunidades e a geração de empregos. Isso resolve o problema das pessoas. O desenvolvimento gera uma arrecadação maior de impostos.

Ontem falamos sobre a divisão de tributos. Os empreendimentos aumentam a arrecadação e geram oportunidade para as pessoas. Há pessoas que impedem a instalação dos empreendimentos, mas precisam lembrar-se de que, atrás desses empreendimentos, há oportunidades e empregos que resolvem a vida das pessoas. Há muitas pessoas com curso superior trabalhando como serventes de pedreiro e aguardando a instalação de um empreendimento. É preciso ter bom senso e equilíbrio. Há pessoas que são contra tudo e não permitem a instalação de nenhuma empresa ou indústria, trazendo prejuízos para Minas Gerais. Parabênizo o Deputado Antônio Júlio pelo seu pronunciamento.

O Deputado Antônio Júlio* - O projeto de lei do Deputado Carlos Mosconi mostra tudo o que estamos pregando. O Deputado Carlos Mosconi fez uma proposta de modificação de um terreno que foi doado para o sindicato devido à sua sobrevivência. Ele mudará de local e terá condições de sobreviver. Por isso somos favoráveis ao Projeto de Lei nº 1.249, que embasou nossa discussão, mostrando que ainda há pessoas corretas que procuram o desenvolvimento no Sindicato de Pouso Alegre. Fazem uma modificação na lei para melhorar seu local de trabalho e seu terreno.

Sr. Presidente, muito obrigado pela tolerância. O Plenário está vazio. Percebemos que as pessoas saem do Plenário sempre que fazemos um discurso contra o governo. Faço um pedido àqueles que me ouviram pela TV Assembléia para que não levem esse discurso ao Governador como uma fofoca, mas como sugestão de um companheiro e amigo que preocupa-se com Minas Gerais sem fazer demagogias e, principalmente, sem puxar saco do governo, pois isso não leva a nada. Aqueles que são os puxa-sacos do Governador, hoje, amanhã serão seus adversários.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Tendo em vista a importância das matérias constantes na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada das Deputadas e dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Getúlio Neiva) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 11 Deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 24ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Participação Popular NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 27/9/2007

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Carlin Moura e João Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e a votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados André Quintão e Carlin Moura, em que solicitam seja realizada reunião desta Comissão para, em audiência pública, debater sobre o tema "A Democratização dos Meios de Comunicação". Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 2007.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura - Eros Biondini.

ATA DA 18ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 2/10/2007

Às 19h15min, comparece na Sala das Comissões o Deputado Durval Ângelo, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dando-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a fazer o lançamento do livro "Gestão e Espiritualidade", de autoria do Irmão Afonso Murad e a realizar debate a respeito da obra. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Irmão Afonso Tadeu Murad, autor do livro "Gestão e Espiritualidade"; Lena Sangawa, psicóloga, coordenadora da "Casa da Acolhida Marista"; Maria do Socorro Athayde Versiane, consultora organizacional e professora da Fundação Dom Cabral; e Albano Carvalho de Menezes, assessor de comunicação do Projeto "Amigo da Água", Fundação L'Hermitage, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 2007.

Durval Ângelo, Presidente - João Leite - Carlos Pimenta - Luiz Tadeu Leite.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 95ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 9/10/2007

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 27/2007, do Governador do Estado, que institui a Unidade de Gestão Previdenciária Integrada - Ugeprevi - e o Conselho Estadual de Previdência - Cprev - para o Regime Próprio de Previdência do Estado de Minas Gerais, altera a Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 a 6, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 a 6, da Comissão de Administração Pública. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição do Substitutivo nº 2 e das Emendas nº 7 a 14 e 16, ficando a Emenda nº 15 prejudicada com a aprovação do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 709/2007, do Deputado Padre João, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Viçosa o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.111/2007, do Deputado Tiago Ulisses, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cambuquira o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.129/2007, do Deputado Doutor Viana, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Curvelo o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.154/2007, do Deputado Paulo Cesar, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bambuí os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.236/2007, do Deputado Gil Pereira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pirapora o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.571/2007, do Governador do Estado, que autoriza o DER-MG a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 29ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 9/10/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 104/2007, do Deputado Sargento Rodrigues; 687/2007, do Deputado Arlen Santiago; 731/2007, da Deputada Ana Maria Resende; 849/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 1.010/2007, do Deputado Padre João; 1.068/2007, do Deputado Zezé Perrella; 1.310/2007, do Deputado Sargento Rodrigues; 1.422 e 1.459/2007, do Deputado Agostinho Patrús Filho; 1.489/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 1.503/2007, do Deputado Bráulio Braz; 1.515/2007, do Deputado Delvito Alves; 1.524/2007, do Deputado Wander Borges; 1.560/2007, do Deputado Juninho Araújo; 1.585, 1.599, 1.600 e 1.603/2007, do Governador do Estado; 1.609/2007, do Deputado Zé Maia; 1.621/2007, do Deputado Paulo Guedes; 1.627/2007, do Deputado Zé Maia; 1.658/2007, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 909/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.409/2007, do Deputado Wander Borges; 1.590/2007, do Deputado Rômulo Veneroso; 1.594/2007, do Deputado Ademir Lucas; 1.595/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr; 1.605/2007, do Deputado Jayro Lessa; 1.606/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 1.607/2007, do Deputado Luiz Tadeu Leite; 1.617/2007, da Deputada Elisa Costa; 1.618/2007, do Deputado Fábio Avelar; 1.624/2007, do Deputado Sebastião Helvécio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 27ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 9/10/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 438/2007, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.341/2007, do Deputado Sebastião Helvécio; 1.468/2007, do Deputado Zé Maia.

Requerimentos nºs 1.206/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 1.221/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 1.222/2007, do Deputado Ivair Nogueira.

Realização de debate, em audiência pública, sobre a concessão e a instalação de pedágios na Rodovia Fernão Dias

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 23ª reunião ordinária da comissão de Cultura Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 9/10/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.521/2007, do Deputado Célio Moreira.

Requerimento nº 1.239/2007, da Deputada Gláucia Brandão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 26ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 9/10/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Mensagem nº 100/2007, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.532/2007, do Deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 9/10/2007, destinadas, a primeira, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 27/2007, do Governador do Estado, que institui a Unidade de Gestão Previdenciária Integrada e o Conselho Estadual de Previdência para o Regime Próprio de Previdência do Estado de Minas Gerais, altera a Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final; e a segunda, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação da matéria constante da pauta da primeira, acrescida dos Projetos de Lei nºs 709/2007, do Deputado Padre João, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Viçosa o imóvel que especifica; 1.111/2007, do Deputado Tiago Ulisses, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cambuquira o imóvel que especifica; 1.129/2007, do Deputado Doutor Viana, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Curvelo o imóvel que especifica; 1.154/2007, do Deputado Paulo Cesar, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bambuí os imóveis que especifica; 1.236/2007, do Deputado Gil Pereira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pirapora o imóvel que especifica; e 1.571/2007, do Governador do Estado, que autoriza o DER-MG a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 8 de outubro de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Eros Biondini, Carlin Moura, Gustavo Valadares e João Leite, membros da supracitada Comissão, para debater, em audiência pública, com os convidados que menciona, em 9/10/2007, às 9 horas, na Sala das Comissões, o tema "A Democratização dos Meios de Comunicação"; e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2007.

André Quintão, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Jayro Lessa, Agostinho Patrús Filho, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/10/2007, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 1.357/2007, do Deputado Mauri Torres, e o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 29/2007, do Governador do Estado; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2007.

Zé Maia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 36/2007

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Délio Malheiros, Domingos Sávio, Gil Pereira e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/10/2007, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de designar o relator.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2007.

Paulo Cesar, Presidente.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 1º/10/07, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Tiago Ulisses

nomeando Sonia Vidal Baia Henriques para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2007

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2007

Objeto: aquisição de aparelhos telefônicos. Pregoautes vencedores: Comercial Brasil de Produtos Varejista Ltda. - ME (lote 01) e DBA Indústria e Comércio de Equipamentos Rodoviários Ltda. (lote 02).

Belo Horizonte, 8 de outubro de 2007.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

TERMO DE AFETAÇÃO

Cedente: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Cessionária: Escola Estadual Imaculada Conceição, com sede no Município de Itapeçerica. Objeto: cessão de um microcomputador marca Zenith. Vigência: a partir da assinatura.

TERMO DE CONTRATO DE DOAÇÃO

Contratante (Doadora): Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada (Donatária): Prefeitura Municipal de Divinolândia de Minas. Objeto: doação de 1 microcomputador Zenith. Licitação: dispensada.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Itambacuri. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 24 meses, a partir de 16/4/2007. Licitação: dispensada, nos termos da art. 25 da Lei da Federal nº 8.666/93.